



Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste

2018-2019



BANCO DE
PORTUGAL
EUROSISTEMA

Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste

2018-2019

Em ficheiros anexos são disponibilizados os dados estatísticos e os valores subjacentes aos gráficos da *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste*.



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

Lisboa, 2019 • www.bportugal.pt

Índice

Editorial | **5**

I Enquadramento internacional | **7**

1 Desenvolvimentos recentes e perspetivas | **9**

2 Países de Língua Portuguesa – Indicadores Socioeconómicos | **12**

II Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste | **15**

1 Angola | **19**

2 Cabo Verde | **25**

3 Guiné-Bissau | **31**

4 Moçambique | **37**

5 São Tomé e Príncipe | **43**

Caixa 1 • 10 anos do Acordo de Cooperação Económica entre Portugal e São Tomé e Príncipe | **49**

6 Timor-Leste | **51**

III Relações económicas e financeiras | **57**

1 Relações económicas e financeiras de Portugal com os PALOP e Timor-Leste | **59**

Editorial

A divulgação de informação consistente e analiticamente rigorosa sobre a *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste* é o propósito fundamental desta publicação do Banco de Portugal. Pretende-se dar um contributo para um melhor conhecimento destas economias, cuja relevância para a sociedade e a economia portuguesas justifica a atenção e o interesse do Banco.

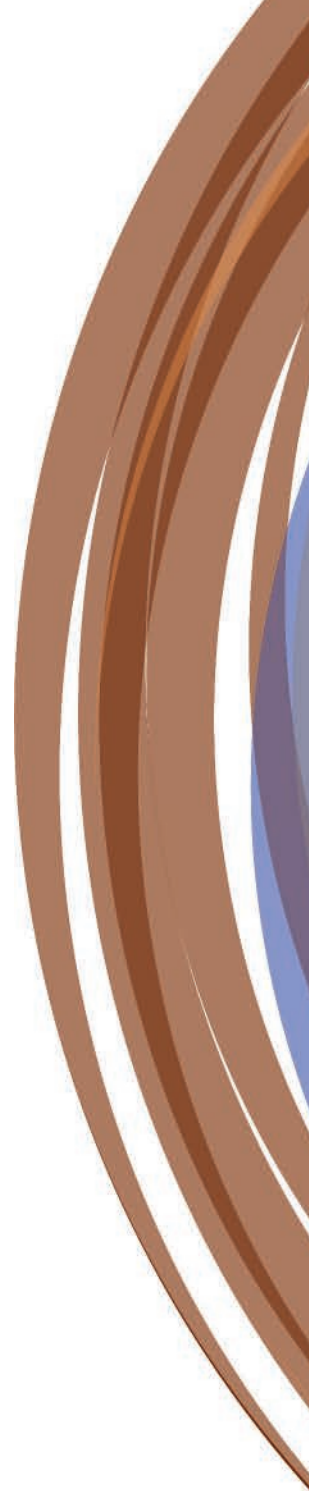
A presente 26.ª edição é coerente com o historial da publicação, assente na combinação de uma base estatística alargada e uma grelha analítica criteriosa, orientada para a caracterização comparável da conjuntura macroeconómica dos países em foco, do seu enquadramento internacional e dos desenvolvimentos observados nas suas relações bilaterais com Portugal a nível económico e financeiro.

Decorrido um quarto de século desde o seu lançamento, a publicação apresenta-se renovada. Com o objetivo de facilitar a leitura, é mais sintética e focada, valorizando a ilustração gráfica, incluindo sobre diversas variáveis socioeconómicas que ajudam a caracterizar cada país e o conjunto dos países lusófonos. Uma infografia e micrográficos sublinham as principais mensagens. Pela sua importância continua a servir como veículo de divulgação de informação estatística.

A elaboração da *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste*, como sempre, requereu a colaboração de várias entidades¹. Um especial reconhecimento e reiterado agradecimento deve justamente ser dirigido, neste contexto, aos nossos homólogos e parceiros, os bancos centrais de Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, assim como à Direção Nacional para a Guiné-Bissau do Banco Central dos Estados da África Ocidental.

Outubro de 2019

1. Os dados estatísticos que serviram de base à elaboração desta edição foram essencialmente obtidos até ao final de julho de 2019.



A decorative graphic consisting of several overlapping, concentric circles of various colors including brown, blue, green, orange, and grey, creating a dynamic, swirling effect. The circles are positioned on the left side of the page, framing the central text.

I Enquadramento internacional

1 Desenvolvimentos recentes e perspectivas

A evolução recente da economia mundial foi, em boa medida, marcada pela acentuação e materialização parcial dos riscos de sinal negativo, sobretudo desde a segunda metade de 2018. Por conseguinte, o ritmo de **crescimento económico** abrandou, nesse ano, de forma generalizada – com algumas exceções, nomeadamente os EUA (refletindo também o estímulo orçamental) – e de forma mais alargada ainda no primeiro semestre de 2019 (com prolongamento projetado até ao final do ano).¹

A desaceleração da procura global terá estado largamente associada ao aumento da incerteza, com particular impacto sobre a evolução do **comércio internacional** e também, a outro nível, ao desempenho dos mercados financeiros globais. Entre diversos fatores de incerteza, como o *Brexit* e as tensões no Médio e no Extremo Oriente, a intensificação dos conflitos comerciais terá sido um dos mais relevantes. Foi sobretudo o caso do diferendo EUA/China, com avanços e recuos que se traduziram já numa crescente imposição de tarifas – afetando, em primeira instância, a produção industrial assente nas cadeias globais de valor, assim como o investimento e o consumo de bens duradouros.

Num contexto em que predominam as trajetórias de arrefecimento das economias, houve uma diminuição significativa das pressões inflacionistas ao longo do primeiro semestre de 2019, contrariando sinais anteriores que refletiam fatores como a pressão crescente no mercado de trabalho em várias das principais economias avançadas e emergentes. Observa-se, assim, uma desaceleração generalizada da **cadência inflacionária**, mais acentuada nas **economias avançadas** do que nas **emergentes e em desenvolvimento**, com algumas notáveis exceções (sobretudo Argentina, Turquia e Venezuela, embora com graus desiguais de gravidade e por razões largamente internas).



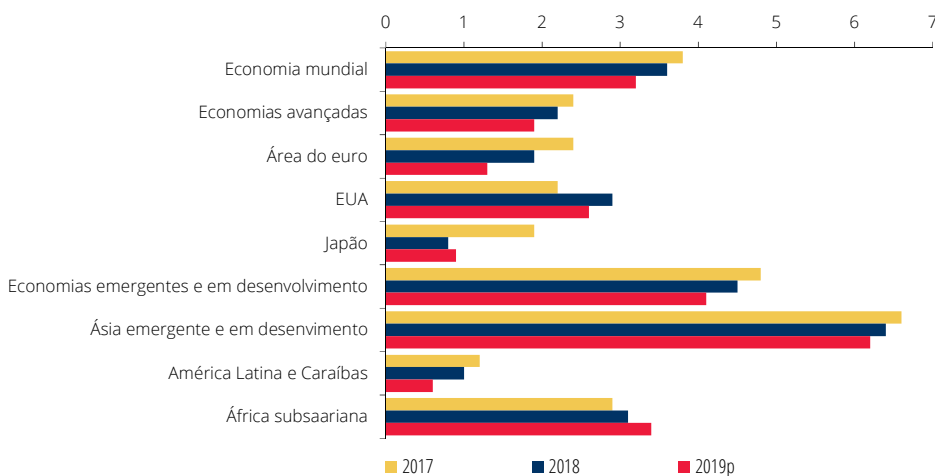
1. À data de elaboração deste texto (9 de setembro de 2019), não estavam ainda disponíveis as projeções macroeconómicas de outono habitualmente divulgadas pelas principais instituições financeiras internacionais.

No que mais diretamente respeita aos países lusófonos ora focados (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), a sua condição comum de pequenas economias abertas, com um significativo grau de dependência face ao exterior a vários níveis, torna-as particularmente vulneráveis à evolução do enquadramento internacional. Porém, a recente tendência generalizada para a desaceleração económica global não terá tido ainda efeitos significativos, desde logo por ser relativamente moderada e, caso assim permaneça, também não é previsível que os tenha nos tempos mais próximos.

De facto, não há indicações de um impacto assinalável pelos canais habituais: investimento direto estrangeiro (relevante para os seis países), ajuda externa (todos menos Angola e Timor-Leste), remessas de emigrantes (sobretudo Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) e receitas do turismo (essencialmente Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Em contrapartida, o abrandamento da inflação nas economias avançadas mais relevantes para os países em causa – enquanto mercados de origem das importações – poderá estar a contribuir para manter sob controlo as pressões inflacionistas internas.

Importa, porém, ressaltar o caso especial dos mercados internacionais de matérias-primas, nomeadamente o mercado petrolífero, onde o efeito marginal de uma retração da procura (mesmo moderada, como tem sucedido) pode ser significativo. Constatou-se, de facto, que os preços internacionais do petróleo voltaram a cair de forma significativa nos meses finais de 2018, prolongando a persistência de preços relativamente baixos que se regista desde 2014. Tal situação tem exercido uma forte influência desfavorável sobre Timor-Leste e, sobretudo, Angola, ambos muito dependentes das receitas de exportação do petróleo (mas com a economia timorense mais resguardada, dado o efeito amortecedor proporcionado pelo enquadramento assente no Fundo do Petróleo).

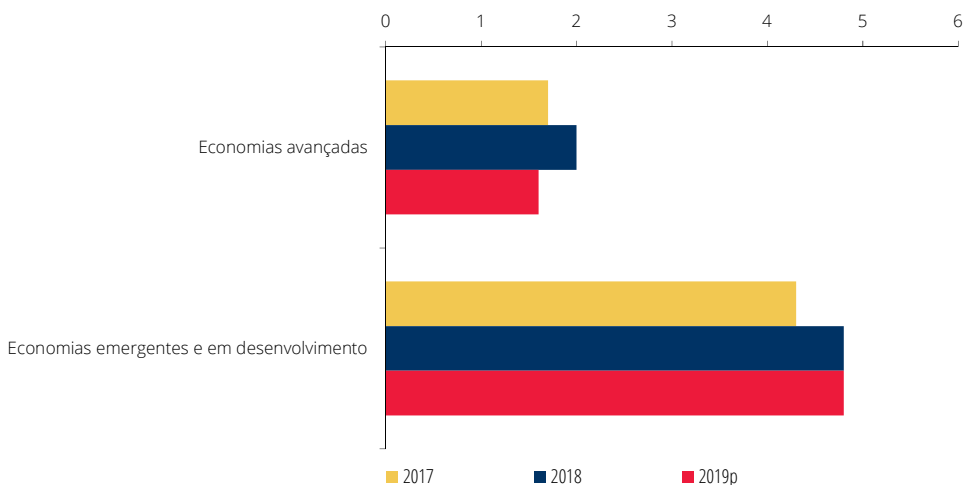
Gráfico I.1.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em %



Fonte: FMI, *World Economic Outlook update* (dados de 23 de julho de 2019).

A intensificação da incerteza, afetando sobretudo o investimento e o consumo de bens duradouros, terá sido determinante para a desaceleração quase geral do crescimento económico observada desde 2017 – com a exceção parcial dos EUA e também da África Subsaariana, no seu conjunto.

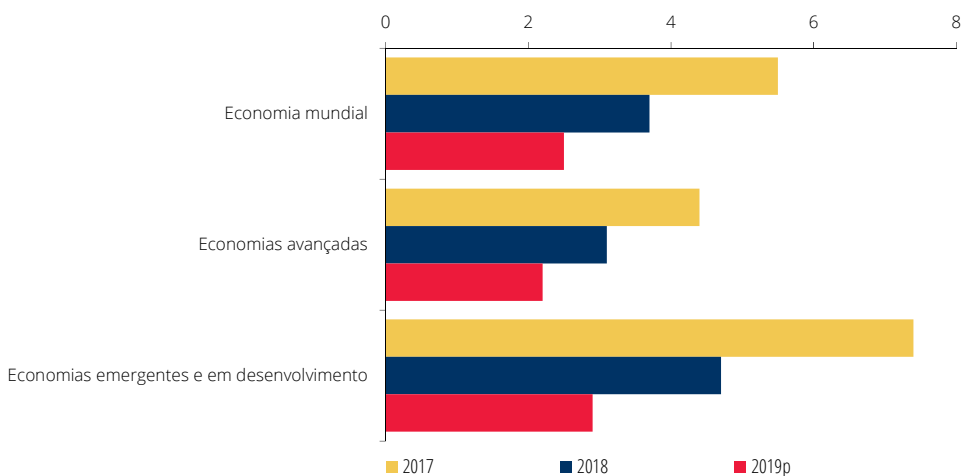
Gráfico I.1.2 • Inflação | Taxas de variação homóloga do IPC, em %



Fonte: FMI, *World Economic Outlook update* (dados de 23 de julho de 2019).

Mais recentemente e sobretudo nas economias avançadas, o abrandamento da procura refletiu-se numa redução das pressões inflacionistas, não obstante alguns sinais de pressão no mercado de trabalho e a persistência de políticas monetárias acomodáticas.

Gráfico I.1.3 • Comércio internacional (exportações e importações de bens e serviços) | Taxas de variação real, em %



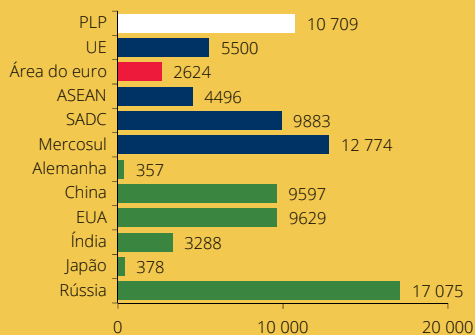
Fonte: FMI, *World Economic Outlook update* (dados de 23 de julho de 2019).

A intensificação das tensões a nível regional e global – sobretudo, mas não exclusivamente, entre os EUA e a China – tem provocado um efeito particularmente acentuado nos fluxos de comércio internacional, refletindo (e também contribuindo para) uma incerteza crescente.

2 Países de Língua Portuguesa

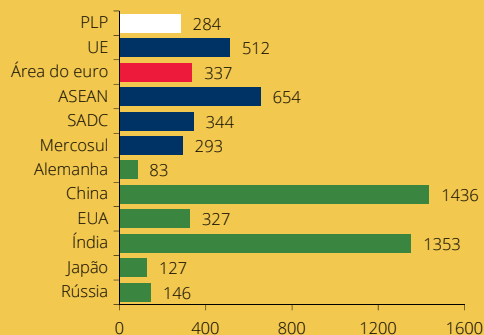
Indicadores Socioeconómicos

Gráfico I.2.1 • Área terrestre
| Milhares de km²



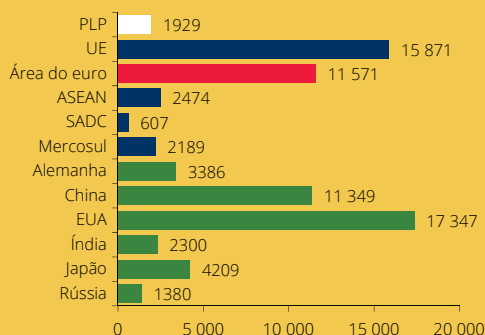
Fonte: Banco Mundial.

Gráfico I.2.2 • População
| Milhões de habitantes, 2018



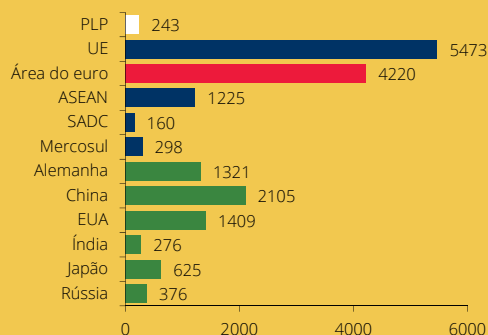
Fonte: Organização das Nações Unidas.

Gráfico I.2.3 • Produto Interno Bruto
| Em mil milhões de EUR, preços correntes, 2018



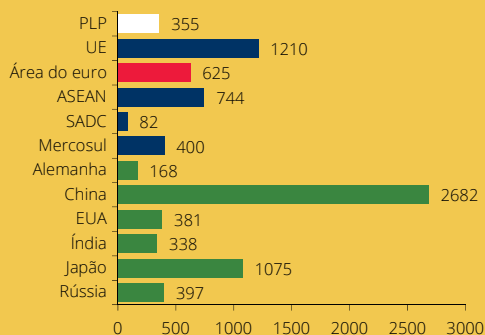
Fonte: Fundo Monetário Internacional.

Gráfico I.2.4 • Exportações de bens
| Em mil milhões de EUR, 2018



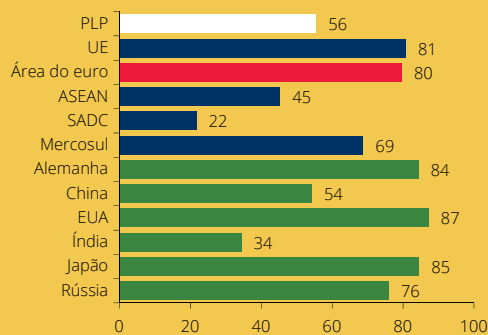
Fonte: Organização Mundial do Comércio. | Nota: Inclui exportações intracomunitárias.

Gráfico I.2.5 • Reservas cambiais
| Em mil milhões de EUR, 2018



Fonte: Banco Mundial.

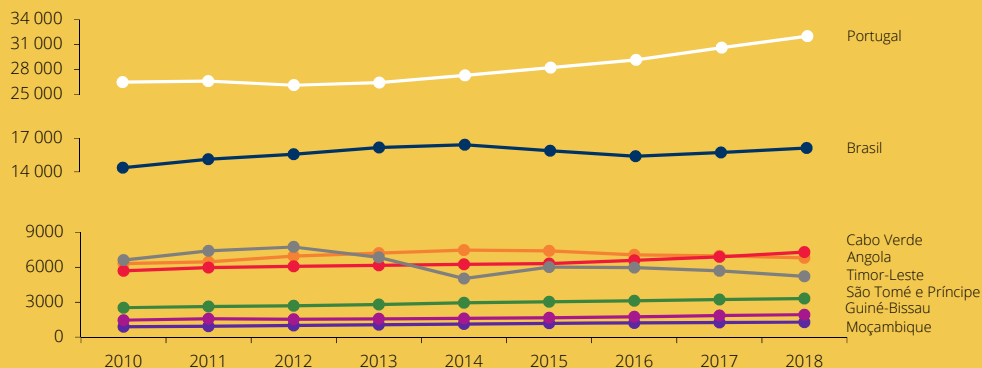
Gráfico I.2.6 • Internet | Número de utilizadores, em % da população, 2017



Fonte: CIA – World Factbook.

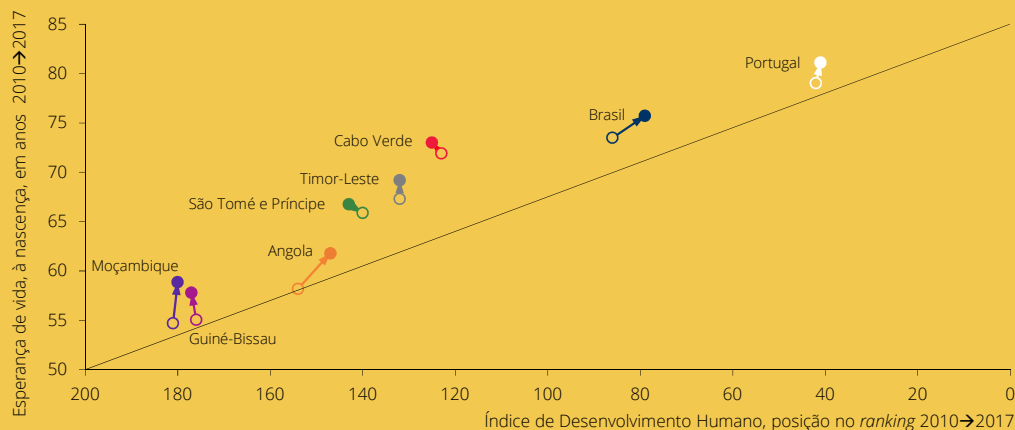
Notas: PLP – Países de Língua Portuguesa, UE – União Europeia, ASEAN – Association of Southeast Asian Nations, SADC – Southern African Development Community, Mercosul – Mercado Comum do Sul.

Gráfico I.2.7 • PIB *per capita* | USD, em PPP, preços correntes



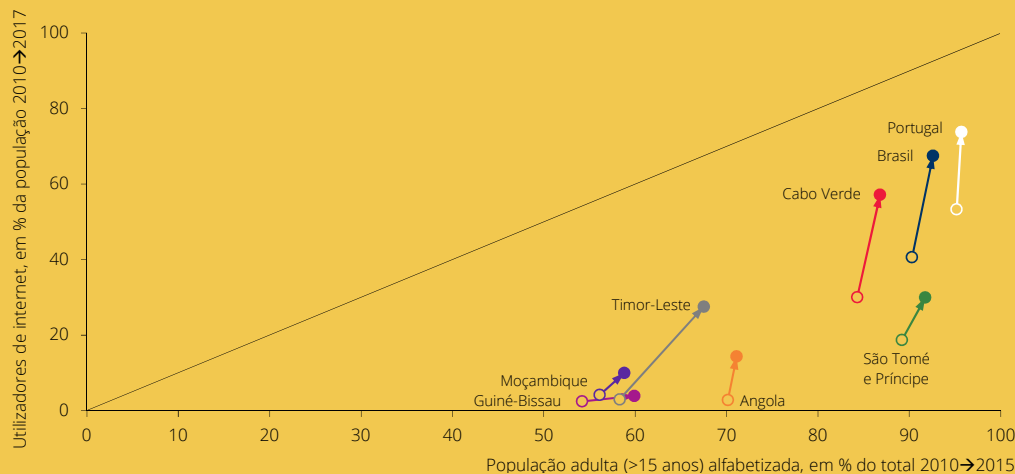
Fonte: Fundo Monetário Internacional. | Nota: PPP – Paridade do poder de compra. Forma de conversão cambial alternativa às taxas de mercado. Assenta na comparação dos preços em moeda local praticados para o mesmo cabaz de bens representativos em diferentes países.

Gráfico I.2.8 • Esperança de vida vs. Índice de Desenvolvimento Humano

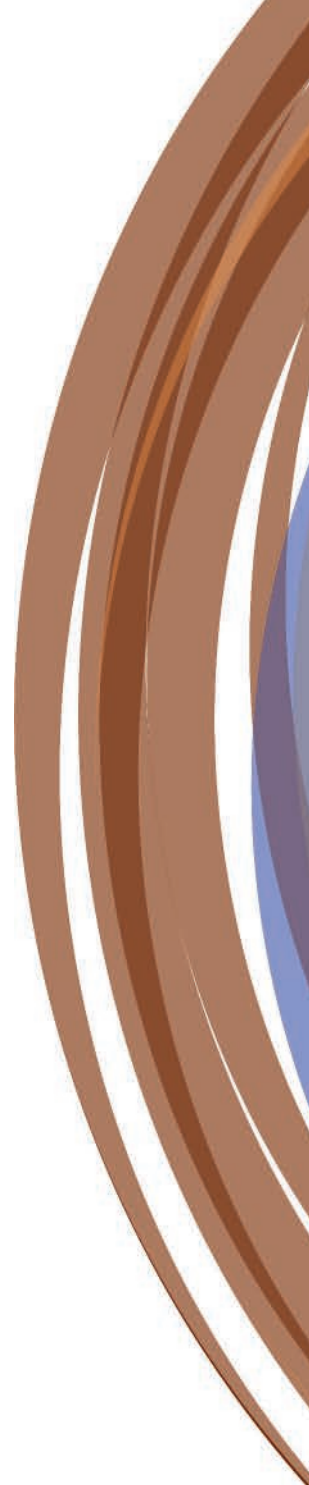


Fontes: Banco Mundial e PNUD. | Nota: Índice de Desenvolvimento Humano (*Human Development Index*): Indicador compósito calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que leva em conta a esperança de vida, os níveis de educação e os de rendimento (188 países em 2010; 189 países em 2017).

Gráfico I.2.9 • Utilizadores de internet vs. Literacia



Fonte: CIA – World Factbook.



II Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste

1 Angola 🇦🇴

2 Cabo Verde 🇨🇻

3 Guiné-Bissau 🇬🇼

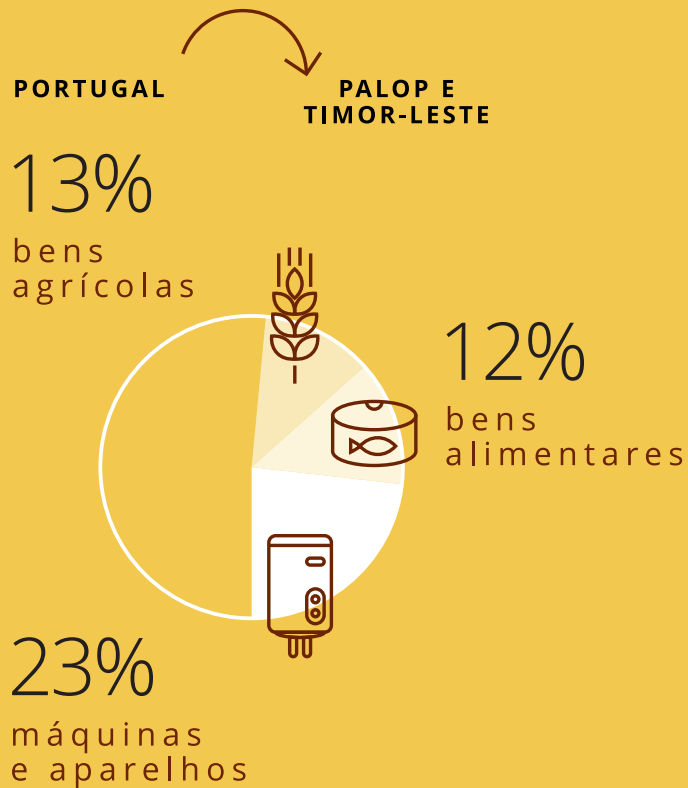
4 Moçambique 🇲🇴

5 São Tomé e Príncipe 🇸🇹

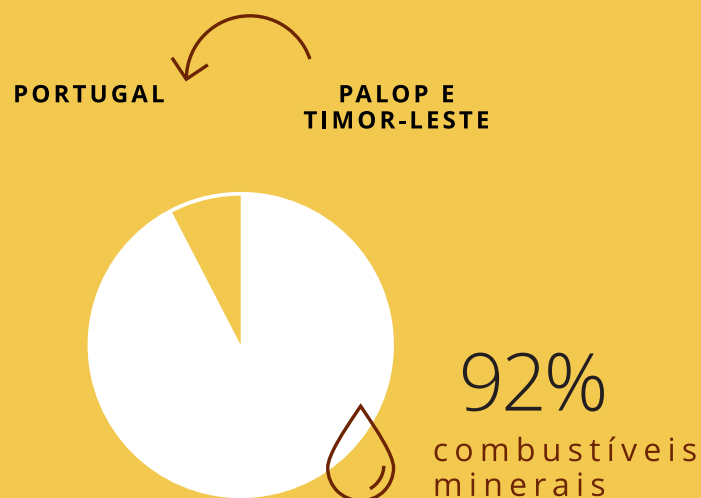
6 Timor-Leste 🇹🇲

Trocas comerciais

EXPORTAÇÕES DE BENS



IMPORTAÇÕES DE BENS



Principais motores da economia

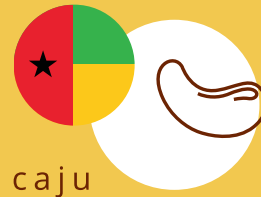
ANGOLA



CABO VERDE



GUINÉ-BISSAU



MOÇAMBIQUE



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



TIMOR-LESTE



1 Angola



Área

1 246 700 km²

Capital

Luanda

População

31,8 milhões (2019; fonte: ONU)

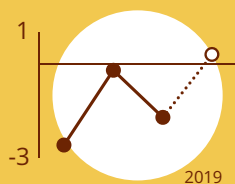
Moeda

Kwanza

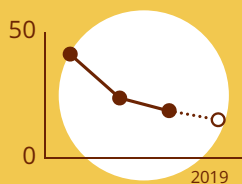
A economia angolana depende estruturalmente da produção petrolífera e permanece condicionada, desde 2014, pelos desequilíbrios macroeconómicos que resultam da quebra dos preços do petróleo então verificada e nunca plenamente recuperada. A evolução da economia em 2018 é também marcada pela afirmação de intenções reformistas por parte do novo executivo, cujas políticas económicas assentam no “Programa de Estabilização Macroeconómica” e no “Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022”. O primeiro visa a redução dos desequilíbrios orçamentais, o fortalecimento da sustentabilidade da dívida, o controlo da inflação, a implementação de um regime de câmbios flexíveis, a melhoria da estabilidade do setor financeiro e a implementação de um quadro regulamentar para a prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo que permita a normalização de relações com bancos correspondentes. O segundo, com um horizonte temporal mais alargado, estabelece reformas estruturais para a diversificação da economia, a reforma do setor público, o desenvolvimento humano e o crescimento inclusivo. Em apoio a estas políticas, as autoridades solicitaram ao FMI um programa de ajustamento de três anos, envolvendo um total de 3,8 mil milhões de dólares, ao abrigo da *Extended Fund Facility*.

Em 2018, o crescimento económico foi negativo pelo terceiro ano consecutivo, marcado pelo desinvestimento e pelo decréscimo da produção que se verificaram no setor petrolífero. A desaceleração do crescimento dos preços terá refletido sobretudo a diminuição da procura interna e os efeitos globalmente contracionistas da combinação de políticas económicas, que contrariaram as repercussões inflacionistas da forte depreciação cambial. Em janeiro, foi introduzido um regime cambial mais flexível que levou a uma depreciação real significativa, permitindo a tendencial correção dos desequilíbrios no mercado cambial. Em contraste com os anos anteriores, verificaram-se excedentes gémeos nas esferas orçamental e externa, resultantes do efeito que a subida do preço do petróleo teve nas receitas orçamentais e nas exportações.

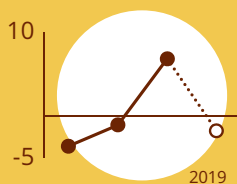
CRESCIMENTO ECONÓMICO



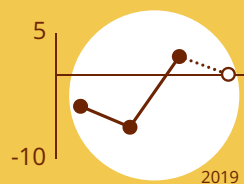
TAXA DE INFLAÇÃO HOMÓLOGA



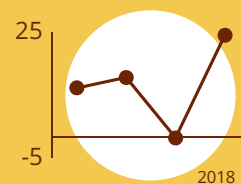
BALANÇA CORRENTE
% do PIB



SALDO ORÇAMENTAL
% do PIB



MASSA MONETÁRIA
variação



A persistência do preço internacional do petróleo em níveis substancialmente inferiores aos prevalentes até 2014 tem condicionado o **crescimento económico** angolano, que foi negativo em 2018 pelo terceiro ano consecutivo. O ciclo económico mantém uma dependência substancial da atividade petrolífera, que representou 33% do PIB, 97% das exportações e 63% das receitas fiscais de 2018. A contração de 1,7% do PIB adveio sobretudo da diminuição da produção de petróleo (estimada em 9,9%), num contexto de subinvestimento ao longo dos últimos anos. As projeções para 2019 apontam para um ligeiro crescimento da economia (0,3%), devendo a recuperação da atividade não petrolífera (1,3%) compensar uma nova quebra da produção petrolífera.

Apesar da forte depreciação do kwanza e do impacto nos preços da eliminação dos subsídios às tarifas da água, a taxa de **inflação** homóloga fixou-se em níveis abaixo do esperado, caindo de 26,7% em 2017 para 18,6% em 2018. A repercussão de uma maior flexibilidade cambial no nível de preços apresentou-se contida pela fraca procura interna, refletindo também o *frontloading* de medidas de consolidação orçamental e a condução de políticas monetárias globalmente restritivas (embora com algum abrandamento no final de 2018). A tendência de desinflação deverá manter-se, com uma projeção de 15% para a taxa de inflação homóloga no final de 2019. Em junho de 2019 era de 16,9%.

Uma melhoria significativa nos termos de troca da economia permitiu que a **balança corrente** apresentasse um excedente de 6,9% do PIB, depois de quatro anos em terreno deficitário. O aumento do preço médio do petróleo angolano (30,7%) superou o efeito de quebra de produção (9,9%), levando a um aumento de 16% no valor das exportações. Por outro lado, a contração da procura interna, a forte depreciação cambial e os constrangimentos no acesso a divisas determinaram uma quebra de 8% no valor das importações. As projeções para 2019, tendo subjacentes a revisão em baixa dos preços do petróleo e a deterioração da conjuntura internacional, sugerem uma balança corrente novamente deficitária, em 1,7% do PIB. Na balança financeira merece destaque o valor substancialmente negativo dos fluxos de investimento direto em Angola em 2017 e 2018, largamente associados ao repatriamento de capitais por grande parte das petrolíferas a operar no país.

O **saldo orçamental** global e o saldo corrente foram excedentários, de 2,2% e 6,6% do PIB em 2018, respetivamente, após quatro anos de défice global – e não obstante o aumento dos juros da dívida (4,5% do PIB em 2018; 1,0% em 2014). Refletem um esforço significativo de consolidação, consubstanciado na contenção da despesa primária, no esforço de mobilização de receita não petrolífera e, com maior impacto, no aumento da receita petrolífera (executada 55% acima do programado). A acumulação de défices primários entre 2014 e 2017, a deterioração da atividade económica e a forte depreciação do kwanza levaram a dívida pública angolana a atingir 87,8% do PIB em 2018 (39,8% em 2014). Em resposta à degradação das perspetivas macroeconómicas, foi aprovado um orçamento retificativo para 2019. Assumindo um preço de referência para o petróleo de \$55/barril e, conseqüentemente, menores níveis de crescimento, exportações e receita fiscal, este orçamento apresenta medidas de consolidação adicionais, incluindo cortes na despesa primária e o alargamento das receitas não petrolíferas.

Em janeiro de 2018, o Banco Nacional de Angola (BNA) abandonou a ancoragem cambial ao dólar e adotou um regime de câmbios mais flexível, permitindo a flutuação diária do kwanza entre bandas (não anunciadas). Os desequilíbrios no mercado cambial que sobrevinham no anterior regime foram largamente corrigidos pela forte depreciação cambial, de 52,4% em termos nominais face ao dólar e 23,9% em termos reais face aos principais parceiros comerciais (taxas de variação média anual), bem como pelo aumento dos leilões de divisas, que atingiram os 13,4 mil

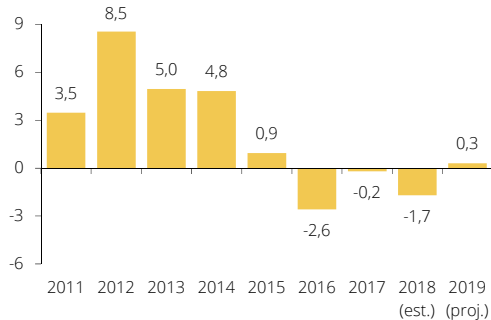
milhões de dólares. O diferencial entre as taxas de câmbio oficial e paralela reduziu-se de 150% no final de 2017 para cerca de 35% em abril de 2019.

A **política monetária** foi contracionista ao longo do primeiro semestre, de forma a acomodar a liberalização do regime cambial. Face à redução dos níveis de inflação e ao fraco desempenho da atividade económica, o BNA tomou uma posição mais acomodatória a partir de julho de 2018, reduzindo o nível de reservas mínimas obrigatórias e a taxa diretora em 150 pb, para 16,5%, ao mesmo tempo que diminuía ligeiramente o montante mensal dos leilões de divisas. Não obstante, a massa monetária aumentou 24% em 2018, o que é essencialmente explicado pelo crescimento dos depósitos em moeda estrangeira.

O fraco desempenho da economia e da gestão de risco de crédito condicionam a solidez do **sistema financeiro**, cujo crédito em incumprimento representava 29,4% do crédito total em maio de 2019 (embora com um reforço significativo das provisões). O BNA tem vindo a implementar medidas para salvaguarda da estabilidade financeira, tendo triplicado o nível de capital mínimo obrigatório para os bancos em dezembro de 2018. Outras medidas em curso incluem a avaliação da qualidade dos ativos dos principais bancos, a reestruturação do maior banco público e a promulgação de uma nova Lei das Instituições Financeiras, que incorpora as melhores práticas em matérias de supervisão e resolução.

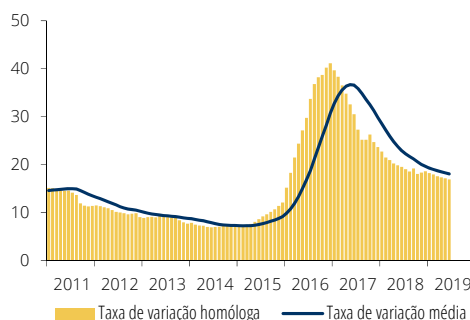
O ano de **2019** será marcado pela continuação das políticas de consolidação orçamental – o que inclui a introdução do IVA, a remoção de isenções fiscais e subsídios, o alargamento da base tributária, a prioritização de projetos de investimento e o lançamento de um programa de privatizações – bem como pela introdução de medidas para a melhoria do ambiente de negócios e de combate à corrupção. O cenário macroeconómico tem como principais **riscos** a maior volatilidade dos preços do petróleo, o agravamento das condições de financiamento externo e o abrandamento económico do principal parceiro comercial, a China.

Gráfico II.1.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em %



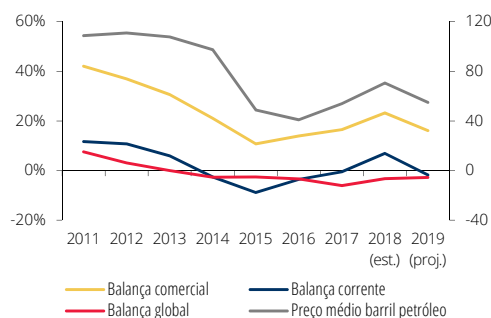
O crescimento foi negativo pelo terceiro ano consecutivo, marcado pelo setor petrolífero: desinvestimento e queda da produção. Em 2019, as atividades não petrolíferas lideram o crescimento.

Gráfico II.1.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em %



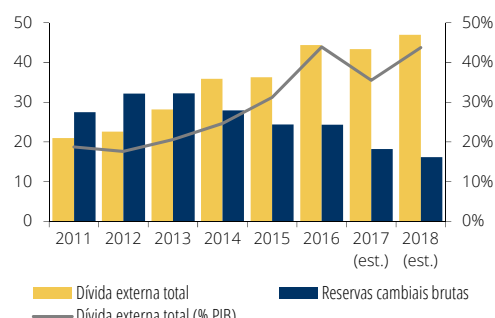
O abrandamento da inflação reflete a contração da procura interna e uma combinação de políticas económicas globalmente contracionistas, a contrariar as repercussões da forte depreciação do kwanza.

Gráfico II.1.3 • Contas externas | Em % do PIB, preço médio do barril de petróleo em USD



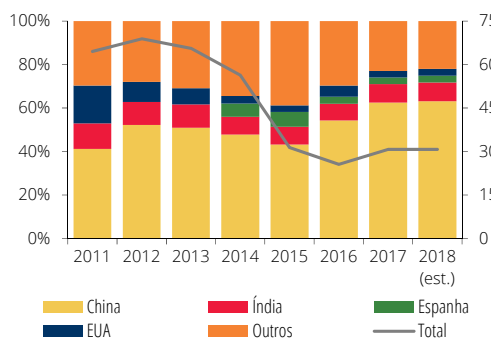
A balança corrente foi excedentária, com o aumento de exportações via aumento dos preços do petróleo e quebra de importações fruto da depreciação da moeda e de dificuldades no acesso a divisas

Gráfico II.1.4 • Dívida pública externa e reservas cambiais | Em mil milhões de USD



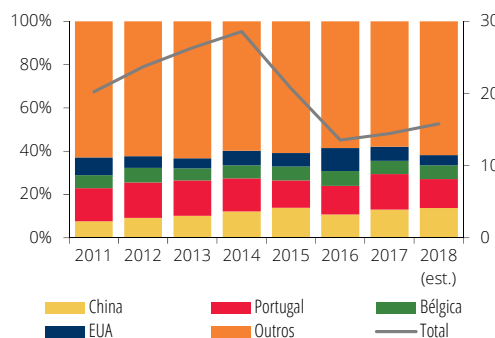
A dívida pública externa cresceu em termos absolutos e relativos, neste caso refletindo sobretudo o impacto, no denominador, do crescimento económico negativo e da forte depreciação do kwanza.

Gráfico II.1.5 • Exportações de petróleo bruto | Destinos em %, total em milhões de USD



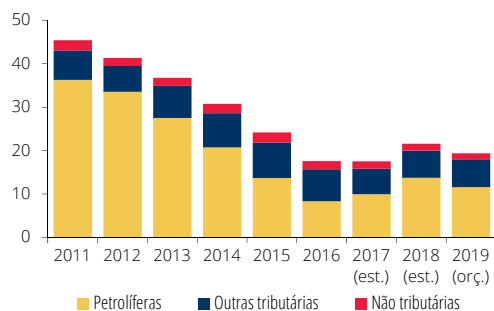
A China tem reforçado o seu peso enquanto principal destino das exportações de petróleo bruto, cujo valor aumentou 18%. O aumento de preço compensou as quebras no volume de produção.

Gráfico II.1.6 • Importações de mercadorias | Origens em %, total em milhões de USD



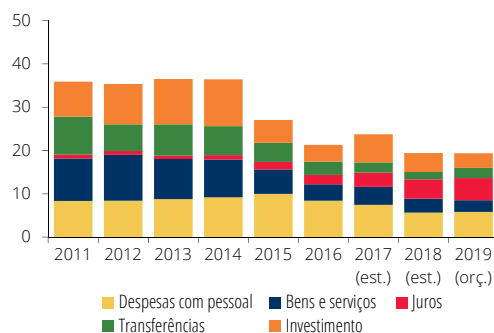
A China voltou a substituir Portugal como principal fornecedor de bens a Angola em 2018. O valor das importações de mercadorias aumentou 9%, mas continua muito abaixo do registado até 2014.

Gráfico II.1.7 • Receitas públicas | Em % do PIB



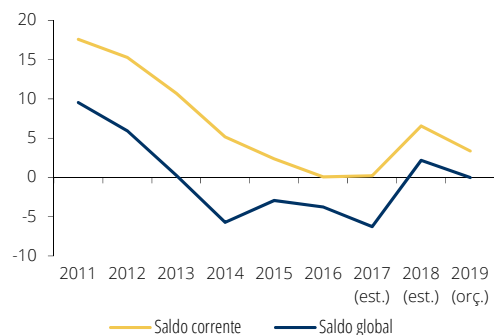
As receitas relacionadas com a atividade petrolífera representaram 63% do total das receitas fiscais e aumentaram significativamente em 2018, fruto do aumento de preço do petróleo.

Gráfico II.1.8 • Despesas públicas | Em % do PIB



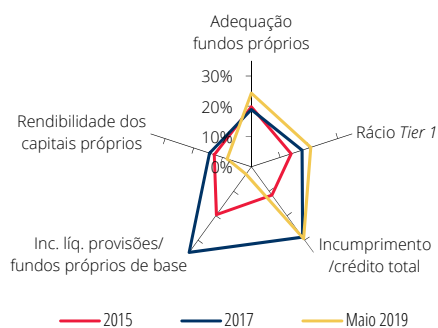
A implementação de medidas de consolidação refletiu-se na contenção da despesa primária (corrente e de investimento). Em sentido contrário, verificou-se um aumento continuado dos juros.

Gráfico II.1.9 • Contas públicas | Em % do PIB



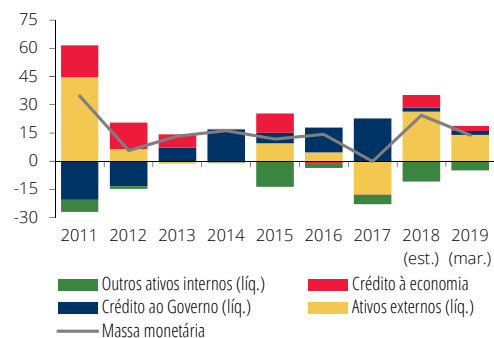
Após quatro anos de défice, o saldo global voltou a ser excedentário, refletindo a contenção da despesa primária e a recuperação da receita petrolífera, executada 55% acima do previsto em 2018.

Gráfico II.1.10 • Indicadores de estabilidade financeira



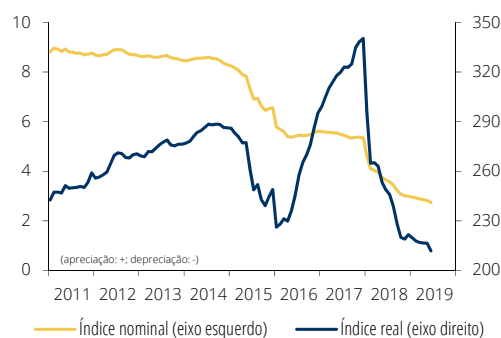
A deterioração das condições económicas repercutiu-se na degradação da qualidade dos ativos do sistema financeiro, ainda que mitigada por um reforço do nível de provisões e dos fundos próprios.

Gráfico II.1.11 • Fatores de variação da liquidez | Variações em % do valor inicial da massa monetária



A depreciação cambial impulsionou fortemente os ativos externos em 2018, quando denominados em kwanzas, refletindo-se também na variação do crédito à economia.

Gráfico II.1.12 • Taxas de câmbio efetivas | Índices base 100: 2000, médias mensais



A forte depreciação do kwanza, na sequência da reforma cambial introduzida no início de 2018, permitiu consideráveis ganhos de competitividade-preço.

Quadro II.1.1 • Principais indicadores económicos

| | | 2016 | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---|------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|------------|--|
| | | | Est. | Prog. | Est. | Prog. | Est. | |
| Produto e preços | | | | | | | | |
| PIB nominal | mil milhões de EUR | 91,4 | 108,2 | 84,0 | 91,3 | 86,5 | - | |
| PIB nominal | mil milhões de USD | 101,1 | 122,1 | 119,1 | 107,4 | 98,9 | - | |
| PIB real | taxa de variação anual | -2,6 | -0,2 | 4,9 | -1,7 | 0,3 | - | |
| Setor petrolífero | taxa de variação anual | -2,7 | 0,5 | 3,1 | -9,2 | -2,6 | - | |
| Outros setores | taxa de variação anual | -2,5 | -0,3 | 4,4 | 0,3 | 1,6 | - | |
| Inflação (IPC) | taxa variação homóloga | 41,1 | 23,7 | 22,0 | 18,6 | 15,0 | 16,9 jun. | |
| Inflação (IPC) | taxa de variação média | 30,7 | 29,8 | 20,7 | 19,6 | 17,5 | 18,0 jun. | |
| Finanças públicas | | | | | | | | |
| Receitas totais | % do PIB | 17,5 | 17,5 | 17,6 | 21,6 | 19,3 | - | |
| Receitas petrolíferas | % do PIB | 8,3 | 9,9 | 9,6 | 13,7 | 11,5 | - | |
| Despesas totais | % do PIB | 21,3 | 23,7 | 20,9 | 19,4 | 19,3 | - | |
| Despesas correntes | % do PIB | 17,5 | 17,3 | 16,9 | 15,0 | 16,0 | - | |
| Despesas de investimento | % do PIB | 3,8 | 6,5 | 3,9 | 4,4 | 3,4 | - | |
| Saldo global (base compromissos) | % do PIB | -3,8 | -6,3 | -3,2 | 2,2 | 0,0 | - | |
| Dívida pública externa | % do PIB | 43,9 | 35,5 | - | 43,7 | - | 15,9 mar. | |
| Moeda e crédito | | | | | | | | |
| Ativos líquidos externos | taxa de variação anual | 7,6 | -30,1 | - | 63,8 | - | - | |
| Crédito à economia | taxa de variação anual | -1,7 | -0,3 | - | 12,6 | - | - | |
| Massa monetária (M3) | taxa de variação anual | 14,3 | -0,1 | - | 24,4 | - | - | |
| Taxas de juro | | | | | | | | |
| Crédito em moeda nacional ^(a) (180 d) | taxa anual | 15,8 | 18,7 | - | 27,3 | - | 22,0 mai. | |
| Depósitos em moeda nacional (180 d) | taxa anual | 5,2 | 7,1 | - | 10,4 | - | 8,6 mai. | |
| Facilidade permanente de cedência de liquidez | taxa anual | 20,0 | 20,0 | - | 16,5 | - | 15,5 mai. | |
| LUIBOR Overnight ^(b) | taxa anual | 23,4 | 17,8 | - | 16,8 | - | 15,7 mai. | |
| Estabilidade financeira | | | | | | | | |
| Adequação dos fundos próprios | % | 19,2 | 18,9 | - | 24,2 | - | 24,3 mai. | |
| Incumprimento/crédito total | % | 13,1 | 28,8 | - | 28,3 | - | 29,4 mai. | |
| Rendibilidade dos capitais próprios (ROE) | % | 15,6 | 14,5 | - | 26,6 | - | 8,4 mai. | |
| Balança de pagamentos | | | | | | | | |
| Balança comercial | % do PIB | 13,9 | 16,5 | 17,4 | 23,2 | 16,1 | - | |
| Balança corrente | % do PIB | -3,5 | -0,5 | -3,5 | 6,9 | -1,7 | - | |
| Reservas oficiais (brutas) | mil milhões de USD | 24,4 | 18,2 | - | 16,2 | - | 15,9 mar. | |
| Taxas de câmbio (médias) | | | | | | | | |
| EUR/AOA (mercado oficial) | taxa média | 181,1 | 187,3 | - | 297,4 | - | 382,4 jun. | |
| USD/AOA (mercado oficial) | taxa média | 163,7 | 165,9 | - | 252,9 | - | 338,6 jun. | |
| ITCE nominal ^(c) | taxa de variação anual | -14,4 | -4,8 | - | -43,9 | - | -25,1 jun. | |
| ITCE real ^(c) | taxa de variação anual | 18,6 | 15,3 | - | -34,9 | - | -14,9 jun. | |

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças (Angola), Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Crédito concedido a empresas; (b) Luanda Interbank Offered Rate – taxa média ponderada de cedência de liquidez de fundos não garantidos entre as outras instituições financeiras monetárias no mercado monetário interbancário; (c) Índice da taxa de câmbio efetiva (ITCE), calculado a partir das taxas de câmbio praticadas para as moedas dos quatro maiores parceiros comerciais no período 2010-14.

2 Cabo Verde



Área

4033 km²

Capital

Cidade da Praia

População

544 milhares (2018; fonte: INE-CV)

Moeda

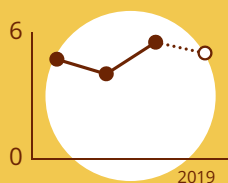
Escudo CV

Cabo Verde registou uma aceleração do crescimento em 2018, sobretudo dinamizado pelas exportações de bens e serviços. A boa dinâmica da procura do exterior melhorou as contas externas cabo-verdianas, suportadas pelo comportamento favorável das exportações de bens e pela solidez das receitas de turismo e das remessas de emigrantes. A melhoria da conta corrente e a desmobilização de aplicações no exterior por parte de bancos e empresas permitiu o aumento das reservas cambiais, mantendo a sustentabilidade do regime cambial de *peg* ao euro.

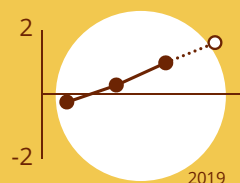
Com tensões inflacionistas contidas, o Banco de Cabo Verde (BCV) manteve a orientação da política monetária após a redução em janeiro do coeficiente de disponibilidades mínimas de caixa. O crescimento do crédito ao setor privado foi moderado, refletindo a liquidação de um financiamento avultado no início de 2018, o que resultou num abrandamento da expansão monetária. O défice orçamental reduziu-se com o aumento das receitas (impostos e não fiscais) e a diminuição das despesas de investimento. O ritmo de crescimento da dívida pública diminuiu também, sobretudo na componente externa, voltando a reduzir-se o seu peso no PIB.

Em 2019, espera-se a manutenção de um ritmo sólido de crescimento, para o que deverá contribuir o programa assinado com o FMI em julho de 2019, o qual, não incluindo assistência financeira, sinalizará a adequação das políticas macroeconómicas.

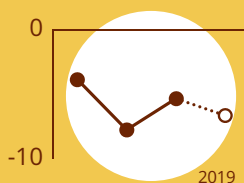
CRESCIMENTO ECONÓMICO



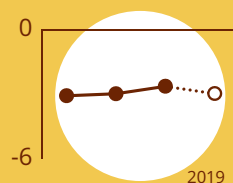
TAXA DE INFLAÇÃO HOMÓLOGA



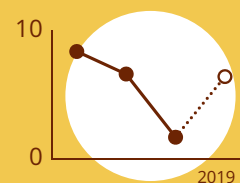
BALANÇA CORRENTE
% do PIB



SALDO ORÇAMENTAL
% do PIB



MASSA MONETÁRIA
variação



O **crescimento económico** cabo-verdiano acelerou em 2018, com as estimativas a apontarem para 5,5% (4,0% em 2017). As exportações de bens e serviços foram o principal impulsionador, ainda que o investimento privado e, a maior distância, o consumo privado tenham também contribuído positivamente. Em termos setoriais destacou-se a maior atividade da administração pública mas também do comércio e da indústria transformadora. De salientar a retração da produção agrícola, em resultado dos fracos níveis de pluviosidade do ano, o que se repete há três anos consecutivos. O ritmo de crescimento deverá manter-se sólido em 2019 (5,0%), com um impacto positivo das exportações mas também da procura interna.

Ainda que em tendência ascendente nos últimos anos, a **inflação** manteve-se estável em 2018, rondando em termos médios 1% ao longo do ano, embora a taxa de inflação homóloga tenha ascendido a quase 2% em alguns meses. A pressão em alta esteve sobretudo ligada à componente importada, com destaque para os preços internacionais das matérias-primas energéticas, refletidos internamente nos combustíveis, eletricidade, água e transportes coletivos urbanos. O impacto da falta de chuva sobre a produção agrícola teve alguma repercussão nos preços dos bens alimentares não transformados. Prevê-se que a inflação continue a trajetória ascendente mas contida em 2019, devendo manter-se abaixo de 2%.

A boa dinâmica da procura externa conduziu à redução do défice da **balança corrente** para 5,3% do PIB (7,7% em 2017). Ainda que as importações tenham aumentado, respondendo à maior atividade, o crescimento de 38% das exportações de bens (reexportações em portos e aeroportos e exportações de pescado) fez diminuir o défice comercial. De salientar a solidez das receitas de turismo (22% do PIB), apesar de em desaceleração face ao bom registo de 2017, e das remessas de emigrantes (11% do PIB), que cresceram 7% e compensaram a quebra das transferências oficiais. A diminuição do défice corrente deveu-se ainda à menor saída de dividendos de investimento direto estrangeiro face ao montante extraordinário de 2017.

A melhoria da balança corrente e o reforço do excedente da balança financeira, com a desmobilização de aplicações no exterior por parte de bancos e empresas, permitiu o aumento das reservas cambiais para um total de EUR 528 milhões em 2018, cobrindo 5,5 meses de importações de bens e serviços. As projeções apontam para que o défice da balança corrente cresça para 6,6% do PIB em 2019, face ao aumento esperado das importações tendo em conta a dinâmica da atividade económica.

O **defícite orçamental** registou uma melhoria, pelo terceiro ano consecutivo, para 2,6% do PIB em 2018. Para esta diminuição concorreu o aumento das receitas de impostos (para quase 22% do PIB), sobretudo IVA e impostos sobre o rendimento de pessoas coletivas, fruto da maior atividade económica e da recuperação de dívidas. Destaque ainda para o crescimento das receitas não tributárias, com a distribuição de rendimentos de empresas públicas e a diminuição das despesas de investimento.

Os donativos diminuíram face aos valores excecionais de 2017, e as despesas correntes mantiveram a tendência ascendente (26% do PIB). O Estado recorreu tanto ao financiamento externo como interno para suprir as suas necessidades, tendo a dívida pública (sem Títulos Consolidados de Mobilização Financeira, cobertos pelos recursos de um *Trust Fund*) descido para 123,2% do PIB: a componente interna subiu para 32,9% e a externa desceu para 90,3%. O Orçamento do Estado para 2019 antevê um défice orçamental de 3,0% do PIB, acomodando maiores níveis de despesa (corrente e de investimento).

O comportamento dos agregados monetários caracterizou-se por um abrandamento do crescimento da **massa monetária** em 2018, sobretudo como reflexo da limitada dinâmica do crédito ao setor privado, afetado pela liquidação de um financiamento avultado no início do ano. A posição externa líquida do sistema bancário teve um impacto negativo sobre a massa monetária, com a redução

dos ativos externos líquidos dos bancos a ultrapassar o aumento das reservas cambiais do banco central.

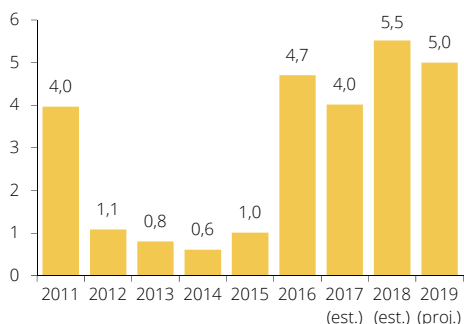
Em janeiro de 2018, o BCV reduziu o coeficiente de disponibilidades mínimas de caixa, permitindo aos bancos a libertação de fundos para cumprirem a constituição do Fundo de Garantia de Depósitos, mantendo a política monetária inalterada no resto do ano. Os sinais de excesso de liquidez no sistema bancário continuaram, com reservas excedentárias elevadas, excesso de procura nas emissões de títulos do Tesouro e do banco central e aplicações consecutivas e em montantes significativos na facilidade de absorção do BCV.

Para 2019, espera-se a manutenção do ritmo de crescimento, o que resultará numa pressão sobre as importações e o consequente aumento do défice da balança corrente. A maior atividade deverá beneficiar a coleta de impostos, o que, a par da recuperação dos donativos e de um novo aumento dos rendimentos de propriedade, permitirá acomodar maiores níveis de despesa corrente e de investimento. O aumento de desembolsos de empréstimos externos contraídos pelo Estado contribuirá para a acumulação de reservas cambiais. Este cenário favorável permitiu ao BCV reduzir a taxa da facilidade de cedência em junho de 2019, recentrando o corredor das facilidades em torno da taxa diretora para aumentar o grau de eficácia da política monetária.

As autoridades cabo-verdianas assinaram a 15 de julho de 2019 um programa de 18 meses com o FMI ao abrigo do *Policy Coordination Instrument* (sem assistência financeira), procurando conferir um maior grau de confiança às suas políticas, reforçar a estabilidade macroeconómica e potenciar o crescimento inclusivo.

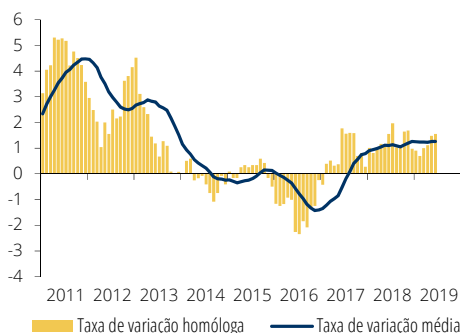
Este cenário macroeconómico tem como principais **riscos** externos acontecimentos que afetem negativamente o preço das importações ou o desempenho económico dos seus parceiros (*Brexit* sem acordo ou escalada das tensões comerciais EUA-China). A nível interno, mantém-se a necessidade de acompanhar a execução das despesas correntes, a reestruturação do Setor Empresarial do Estado, a evolução dos depósitos de emigrantes e os impactos da liberalização dos movimentos de capitais.

Gráfico II.2.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em %



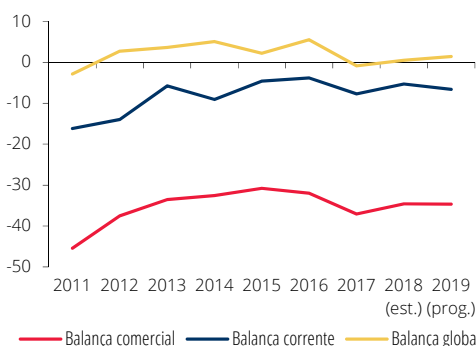
O crescimento económico acelerou em 2018, sobretudo com base na dinâmica das exportações de bens e serviços, elevando o crescimento médio nos últimos 3 anos para quase 5%.

Gráfico II.2.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em %



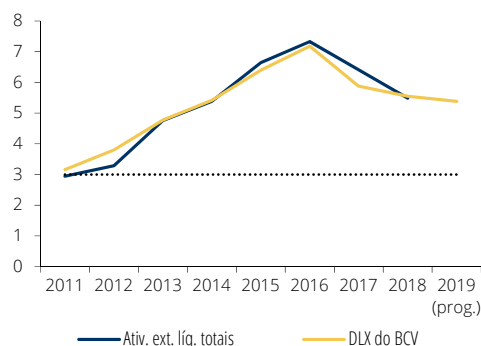
Em 2018 e nos primeiros meses de 2019 as taxas de inflação mantiveram-se estabilizadas, rondando 1% em termos médios, ainda que a homóloga tenha subido esporadicamente para perto de 2%.

Gráfico II.2.3 • Contas externas | Em % do PIB



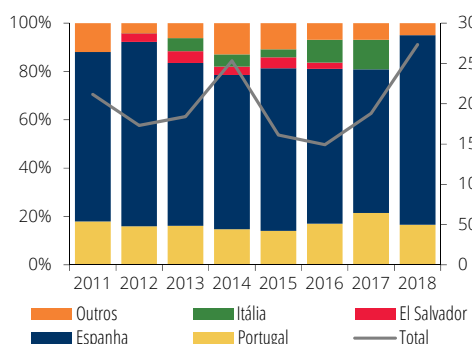
As contas externas melhoraram em 2018, com a boa dinâmica das exportações de bens, a solidez das receitas do turismo e das remessas de emigrantes e menores saídas de rendimentos de IDE.

Gráfico II.2.4 • Reservas cambiais | Em meses de importações de bens e serviços



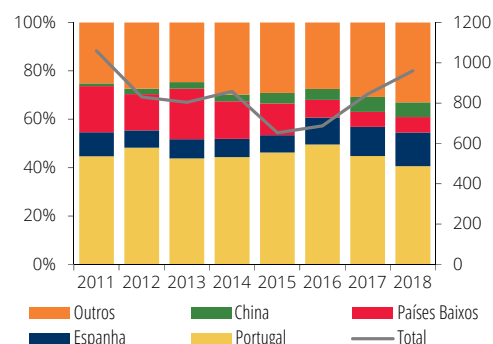
As reservas cambiais cresceram em 2018, embora em ritmo inferior ao das importações de bens e serviços, pelo que se reduziu o respetivo grau de cobertura (garantindo ainda assim 5,5 meses).

Gráfico II.2.5 • Exportações de mercadorias | Destinos em %, total em milhões de USD



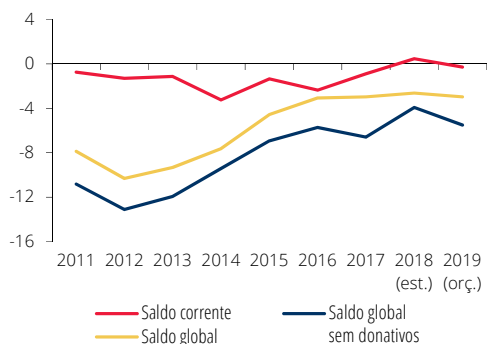
Acentuou-se em 2018 o peso dos parceiros ibéricos como destino das exportações cabo-verdianas, tendo representado 95% do total. Destacou-se Espanha, sobretudo em produtos do mar.

Gráfico II.2.6 • Importações de mercadorias | Origens em %, total em milhões de USD



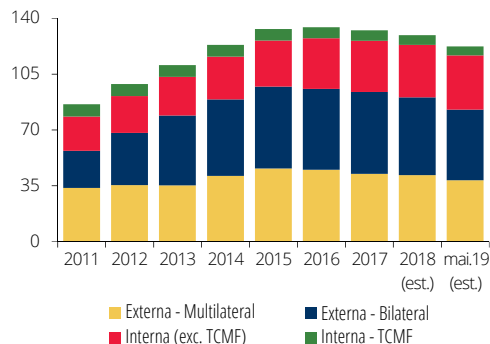
Tal como nas exportações, as importações cabo-verdianas são também dominadas pelo mercado ibérico (55% do total em 2018). Embora em redução, os produtos portugueses são os mais procurados.

Gráfico II.2.7 • Contas públicas | Em % do PIB



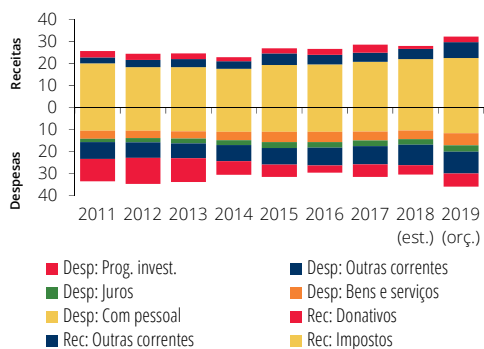
Os saldos das contas públicas registaram uma melhoria em 2018, com o contínuo aumento das receitas (impostos e receitas não fiscais) e a redução das despesas de investimento.

Gráfico II.2.8 • Dívida pública | Em % do PIB



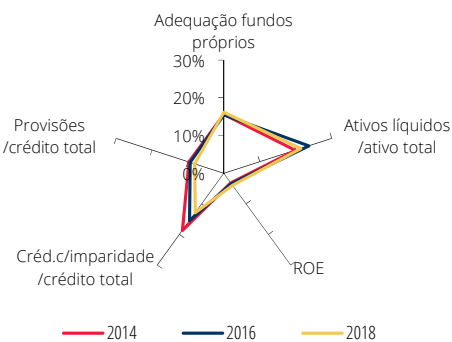
Apesar de crescer em termos nominais, a dívida pública manteve em 2018 a trajetória de descida do seu peso no PIB, iniciada em 2017, sendo sobretudo patente na componente externa.

Gráfico II.2.9 • Receitas e despesas públicas | Em % do PIB



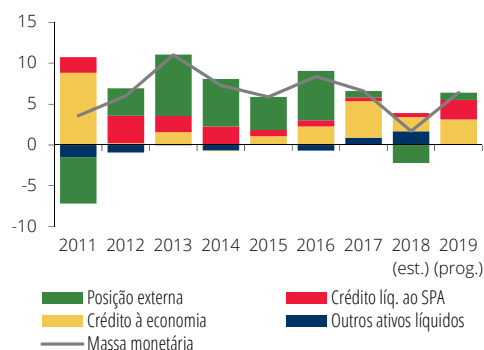
As receitas correntes sedimentaram a trajetória de subida em 2018, ano marcado pela redução dos donativos. As despesas correntes mantiveram-se também em crescimento.

Gráfico II.2.10 • Indicadores de estabilidade financeira



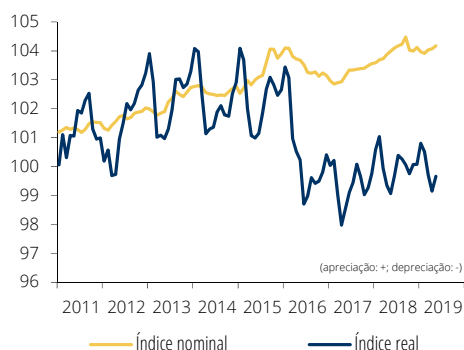
A solvabilidade do sistema bancário mantém-se elevada, em contexto de melhoria da qualidade do crédito. Em 2018, a rentabilidade foi afetada pela necessidade de capitalização de um fundo de pensões.

Gráfico II.2.11 • Fatores de variação da liquidez | Variações em % do valor inicial da massa monetária



A expansão monetária evidenciou nova desaceleração em 2018, relacionada sobretudo com a pouca dinâmica do crédito ao setor privado, afetado pela liquidação de um financiamento avultado.

Gráfico II.2.12 • Taxas de câmbio efetivas | Índices base 100: 2000, médias mensais



Em 2018 o escudo cabo-verdiano valorizou-se em termos efetivos nominais, fruto da desvalorização do real brasileiro face ao euro. Em termos reais, verificou-se uma relativa estabilidade.

Quadro II.2.1 • Principais indicadores económicos

| | | 2016 | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|--|-------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|---------------------|
| | | | Est. | Prog. | Est. | Prog. | Est. | |
| Produto e preços | | | | | | | | |
| PIB nominal | milhões de EUR | 1503 | 1572 | 1630 | 1683 | 1794 | - | |
| PIB real | taxa de variação anual | 4,7 | 4,0 | 4,3 | 5,5 | 5,0 | - | |
| Inflação (IPC) | taxa variação homóloga | -0,2 | 0,3 | 1,0 | 1,0 | 1,6 | 1,5 | mai. |
| Inflação (IPC) | taxa de variação média | -1,4 | 0,8 | 1,1 | 1,3 | 1,6 | 1,3 | mai. |
| Finanças públicas | | | | | | | | |
| Receitas totais | % do PIB | 26,6 | 28,6 | 30,4 | 27,9 | 32,2 | - | |
| Donativos | % do PIB | 2,7 | 3,6 | 1,6 | 1,3 | 2,5 | - | |
| Despesas totais | % do PIB | 29,6 | 31,5 | 33,9 | 30,5 | 35,9 | - | |
| Saldo global | % do PIB | -3,1 | -3,0 | -3,2 | -2,6 | -3,0 | - | |
| Dívida pública | % do PIB | 134,3 | 132,4 | - | 129,3 | - | 122,3 | mai. |
| Externa | % do PIB | 95,7 | 93,7 | - | 90,3 | - | 82,7 | mai. |
| Interna | % do PIB | 38,6 | 38,7 | - | 39,1 | - | 39,7 | mai. |
| das quais: TCMF ^(a) | % do PIB | 6,9 | 6,6 | - | 6,1 | - | 5,7 | mai. |
| Moeda e crédito | | | | | | | | |
| Crédito líquido ao SPA | taxa de variação anual | 4,0 | 2,4 | 12,9 | 2,9 | 13,5 | -1,2 | mai. ^(f) |
| Crédito à economia | taxa de variação anual | 3,6 | 7,5 | 6,3 | 2,8 | 5,1 | -0,4 | mai. ^(f) |
| Massa monetária (M3) | taxa de variação anual | 8,4 | 6,6 | 5,3 | 1,7 | 6,4 | 0,3 | mai. ^(f) |
| Taxas de juro^(b) | | | | | | | | |
| Depósitos a 1 ano (média das OIM) | taxa anual | 3,8 | 2,9 | - | 2,4 | - | 2,3 | mai. |
| Cedência de liquidez | taxa anual | 6,5 | 4,5 | - | 4,5 | - | 3,0 | jun. |
| Bilhetes do Tesouro, a 91 dias | taxa anual | 0,7 | 0,7 | - | 1,0 | - | 1,2 | fev. |
| Estabilidade financeira | | | | | | | | |
| Adequação dos fundos próprios ^(c) | % | 15,5 | 17,3 | - | 16,2 | - | 16,4 | mar. |
| Crédito com imparidade/crédito total | % | 15,5 | 14,5 | - | 12,9 | - | 14,0 | mar. |
| Rendibilidade dos capitais próprios (ROE) | % | 3,4 | 6,4 | - | 3,9 | - | - | |
| Balança de pagamentos | | | | | | | | |
| Balança corrente | % do PIB | -3,8 | -7,7 | -7,2 | -5,3 | -6,6 | - | |
| Balança corrente e de capital | % do PIB | -3,1 | -6,8 | -5,7 | -4,6 | -6,0 | - | |
| Reservas oficiais | meses de importações ^(e) | 7,2 | 5,9 | 5,6 | 5,5 | 5,4 | 5,4 | mai. |
| Taxas de câmbio (médias) | | | | | | | | |
| EUR/CVE (mercado oficial) | taxa média | 110,3 | 110,3 | 110,3 | 110,3 | 110,3 | 110,3 | jun. |
| USD/CVE (mercado oficial) | taxa média | 99,7 | 97,9 | - | 93,4 | 96,4 | 98,6 | mai. |
| ITCE nominal (base 100: 2000) ^(d) | taxa de variação anual | -0,7 | 2,7 | - | 0,5 | - | 0,1 | mai. ^(f) |
| ITCE real (base 100: 2000) | taxa de variação anual | -2,2 | -0,6 | - | 0,3 | - | -0,6 | mai. ^(f) |

Fontes: Banco de Cabo Verde, Ministério das Finanças (Cabo Verde), Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Títulos Consolidados de Mobilização Financeira; (b) Médias mensais (correspondentes a dezembro para os valores anuais); (c) Capital regulamentar/ativo ponderado pelo risco; (d) Índice da taxa de câmbio efetiva, calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 2010-14 (valorização: +; desvalorização: -); (e) Importações e exportações de bens e serviços; (f) Variação face a dezembro anterior.

3 Guiné-Bissau



Área
36 125 km²

Capital
Bissau

População
1,9 milhões (2018; fonte: ONU)

Moeda
Franco CFA

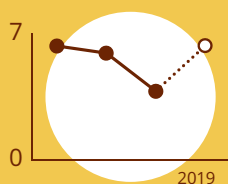
A economia da Guiné-Bissau esteve sob pressão em 2018, tendo a atividade económica sido afetada por fatores como a redução do preço internacional da castanha de caju e a dificuldade em mobilizar fontes alternativas de receita, além do impacto da instabilidade política e do alto nível de créditos em incumprimento, que continuam a pesar sobre o sistema bancário do país.

A economia tem uma forte dependência estrutural da castanha de caju, que tradicionalmente representa a maior fonte de receitas externas (mais de 95% das exportações no biénio 2016-17). Em 2018, as exportações de caju diminuíram e estima-se que o crescimento do PIB real tenha sido também afetado, desacelerando quando comparado com o ritmo robusto entre 2015 e 2017. Daí resultou, em boa medida, uma deterioração acentuada quer ao nível das contas externas, com a balança corrente novamente deficitária, quer ao nível das finanças públicas, invertendo-se a trajetória de consolidação do biénio anterior.

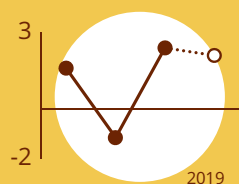
No plano político, após um período de alguma perturbação, realizaram-se eleições legislativas em março, que levaram à recondução do primeiro-ministro. Sinais de maior estabilidade política poderão favorecer a criação de um ambiente propício à atividade do setor privado e à retoma do crescimento em 2019.

O programa de ajustamento celebrado com o FMI em julho de 2015 ao abrigo da *Extended Credit Facility* (ECF), com a duração de três anos, foi alargado e prorrogado por mais um ano, tendo expirado em julho de 2019. Está agora em perspetiva o estabelecimento de contactos para a eventual discussão de um novo programa.

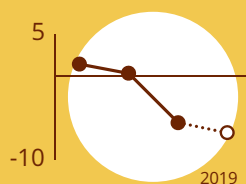
CRESCIMENTO ECONÓMICO



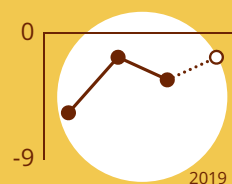
TAXA DE INFLAÇÃO HOMÓLOGA



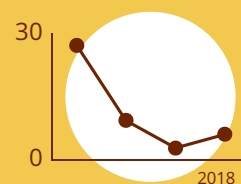
BALANÇA CORRENTE
% do PIB



SALDO ORÇAMENTAL
% do PIB



MASSA MONETÁRIA
variação



Em 2018, a economia da Guiné-Bissau foi afetada pela menor receita proveniente da baixa de preço da castanha de caju no mercado internacional e pela diminuição da sua produção interna, tendo provocado a desaceleração do **crescimento económico**, contrariando o bom desempenho dos últimos anos. Estima-se que o crescimento do PIB se tenha reduzido para 3,8% em 2018, ficando aquém do previsto (5,3%), por oposição a taxas de crescimento anuais de cerca de 6%, entre 2015 e 2017. Para 2019 prevê-se a retoma do crescimento económico.

Prolongando a tendência decrescente que predominou desde meados de 2016, embora ligeiramente contrariada em 2017, a **inflação** média anual caiu para valores negativos em setembro de 2018. Permaneceu depois contida, mas com tendência de subida (0,4% em dezembro), um fenómeno mais claramente patente na taxa de inflação homóloga. Esta ascendeu a 2,4% no final de 2018, refletindo principalmente a evolução do preço do petróleo e dos produtos agroalimentares importados. Em abril de 2019, a taxa de inflação homóloga foi de 2,1%.

A **balança corrente** deteriorou-se em 2018, passando a apresentar um défice de 5,6% do PIB. A diminuição do preço internacional da castanha de caju, principal exportação da Guiné-Bissau, e a quebra na produção implicaram uma redução de 25% do valor das exportações deste bem, o que teve impacto no saldo das transações com o exterior, juntamente com a deterioração estimada a nível da balança de rendimentos. O saldo da balança global, apesar de ter diminuído, manteve-se positivo (1% do PIB), tendo-se traduzido em novo reforço das reservas cambiais. As projeções para 2019 sugerem uma balança corrente novamente deficitária em 6,8% do PIB.

As **finanças públicas** foram afetadas por uma menor receita orçamental, a qual se ressentiu com o crescimento económico mais fraco, assim como com o lento avanço das medidas reformistas subjacentes ao orçamento de 2018. As arrecadações tributárias no primeiro semestre ficaram 9,7% abaixo da meta do programa do FMI, espelhando as receitas inferiores relacionadas com o caju, assim como demoras na cobrança de atrasados fiscais e do imposto de selo sobre o transporte aéreo. O fraco desempenho da receita fiscal foi, contudo, parcialmente compensado por receita não fiscal mais elevada, incluindo receitas não recorrentes provenientes da venda de madeira apreendida por corte ilegal (e não obstante o atraso na celebração de um novo acordo de pescas plurianual com a União Europeia, que só se concretizaria no final do ano de 2018). Essa menor cobrança de receita terá sido apenas parcialmente contrabalançada pela contenção de despesas (sobretudo de investimento e outras despesas correntes), levando ao incumprimento das metas orçamentais.

Estima-se que em 2018 o défice orçamental tenha aumentado para cerca de 3,3% do PIB, ultrapassando a meta de 2,5% e concorrendo assim para um incumprimento do critério de convergência orçamental definido no seio da União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), que impõe um limite máximo de 3% do PIB para o défice orçamental. Em 2019 é expectável que o défice orçamental diminua para 1,7% do PIB.

Em 2018, estima-se que a **massa monetária** tenha contrariado a tendência de abrandamento patente no biénio anterior, expandindo-se a um ritmo superior ao verificado em 2017 (respetivamente, 6,1% e 2,8% de variação anual). O maior contributo para esta evolução foi induzido pelos ativos externos (sobretudo dos bancos comerciais), mas também se registaram variações positivas no financiamento ao Estado e, mais ligeiramente, à economia.

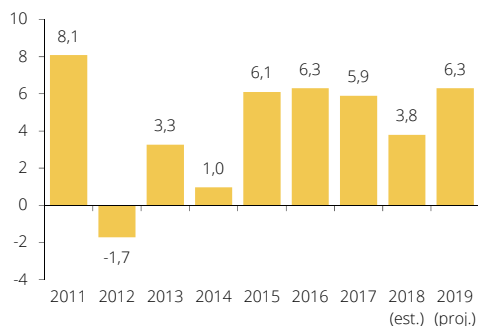
Em 2018, persistiram as dificuldades enfrentadas pelo sistema financeiro nos últimos anos. A incerteza associada ao enquadramento político e à qualidade do crédito, assim como os desafios em sede de capitalização, têm condicionado o desenvolvimento do setor financeiro, refletindo-se no reduzido volume de depósitos e do seu rácio de transformação em crédito.

Para 2019 espera-se que a promoção de um ambiente propício à atividade do setor privado possa apoiar uma retoma do crescimento económico. De acordo com o FMI, será necessário criar uma campanha de comercialização de caju transparente e concorrencial. Uma maior produção de caju deverá impulsionar o crescimento do PIB real.

Os valores do orçamento para 2019 propõem consolidar as finanças públicas, prevendo-se um aumento da receita pública e um modesto crescimento da despesa rumo a um défice abaixo de 3% do PIB, alinhado com o critério da UEMOA. É expectável que, em 2019, o aumento da receita seja suportado por medidas de reforço da administração fiscal, tais como a recente aprovação de duas novas leis tributárias, a reforma da Brigada de Ação Fiscal, a cobrança de imposto de selo sobre o transporte aéreo e o ajustamento das taxas de alguns impostos.

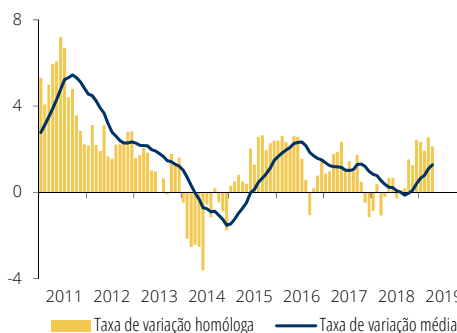
Relativamente ao **sistema financeiro**, as autoridades nacionais e regionais estão empenhadas em assegurar que todos os bancos cumpram os rácios prudenciais, nomeadamente em sede de uma adequada capitalização e classificação de créditos. Mais recentemente, registou-se um movimento em direção à resolução dos litígios relacionados com o resgate bancário de 2015 (a dois bancos comerciais privados da Guiné-Bissau) e concomitante recapitalização de um dos bancos, processos estes que, se concluídos com sucesso, representarão um apoio relevante à estabilidade financeira e ao crescimento a longo prazo.

Gráfico II.3.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em %



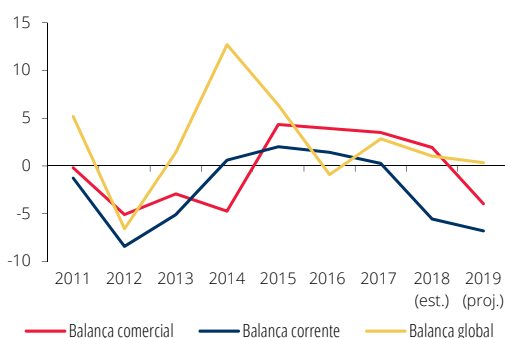
Em 2018, a quebra na produção da castanha de caju e o impacto induzido pela baixa do seu preço internacional terão sido determinantes para a descida da taxa de crescimento do PIB.

Gráfico II.3.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em %



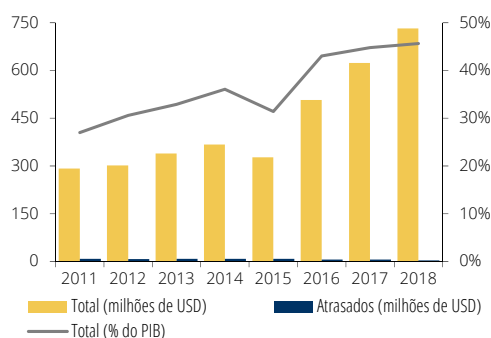
No final de 2018 e nos primeiros meses de 2019, a taxa de inflação contrariou a tendência descendente do biénio anterior e subiu ligeiramente, refletindo fatores como a evolução do preço do petróleo.

Gráfico II.3.3 • Contas externas | Em % do PIB



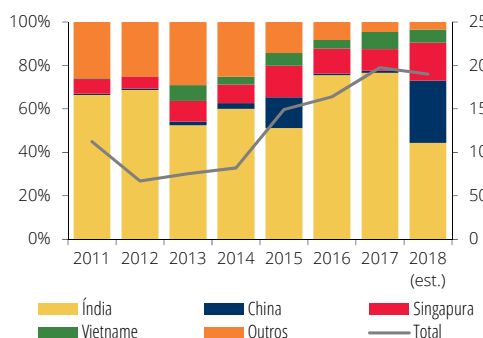
A balança corrente voltou a ser deficitária em 2018, refletindo a diminuição das exportações, o aumento das importações de bens, bem como a redução dos rendimentos.

Gráfico II.3.4 • Dívida Externa | Em milhões de USD e em % do PIB



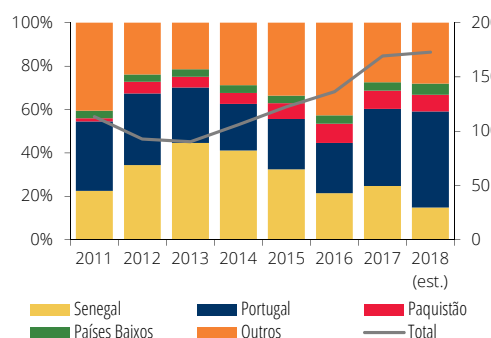
Após um período de alguma estabilidade em valores próximos de 30% do PIB, a dívida externa iniciou uma trajetória ascendente nos últimos anos, situando-se em 47,5% do PIB no final de 2018.

Gráfico II.3.5 • Exportações de mercadorias | Destinos em %, total em mil milhões de francos CFA



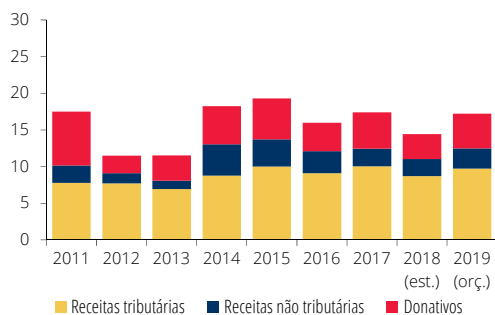
A Índia continuou a ser o principal país de destino das exportações guineenses (castanha de caju) mas, em 2018, a China ganhou uma grande importância como parceiro comercial.

Gráfico II.3.6 • Importações de mercadorias | Origens em %, total em mil milhões de francos CFA



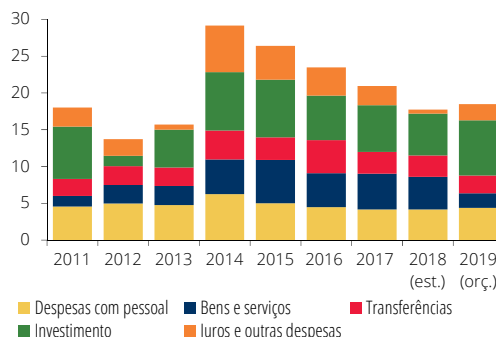
Nas importações guineenses, Portugal reforçou a sua posição e destaca-se enquanto país de origem (44% em 2018), seguindo-se o Senegal, também membro da UEMOA.

Gráfico II.3.7 • Receitas públicas | Em % do PIB



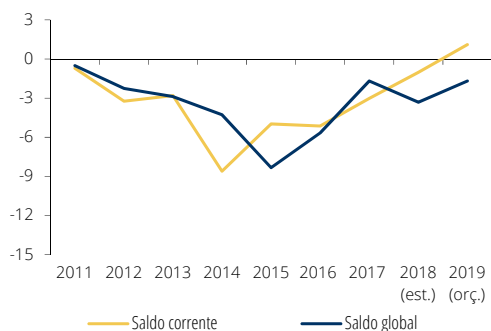
Em 2018, o peso da receita pública no PIB desceu 1,3 pontos percentuais, espelhando receitas inferiores com o caju e demora na arrecadação de outras receitas tributárias e das pescas.

Gráfico II.3.8 • Despesas públicas | Em % do PIB



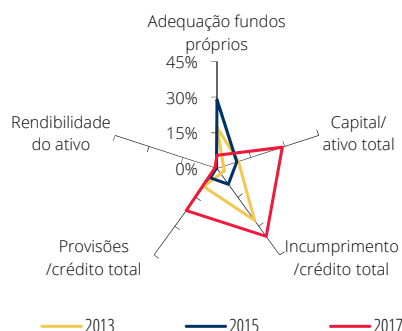
Em 2018 a despesa pública terá diminuído em percentagem do PIB, havendo indicações de contenção no investimento público e nas outras despesas correntes.

Gráfico II.3.9 • Contas públicas | Em % do PIB



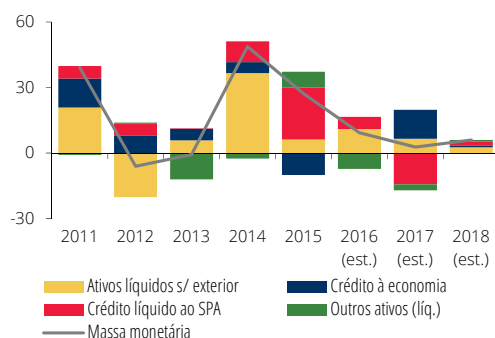
Com a diminuição na cobrança de receita, apenas parcialmente compensada do lado da despesa, estima-se que o défice público em 2018 tenha invertido a anterior trajetória de consolidação.

Gráfico II.3.10 • Indicadores de estabilidade financeira



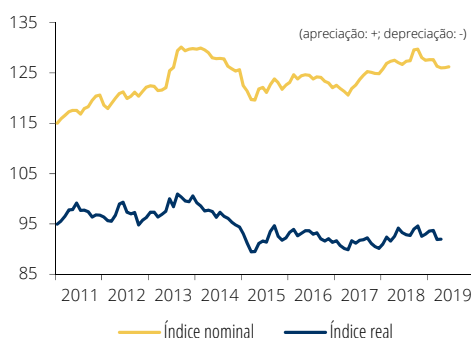
O sistema financeiro guineense continua a enfrentar sérios desafios, largamente associados ao elevado nível de crédito em incumprimento, com reflexos nos rácios prudenciais dos bancos.

Gráfico II.3.11 • Fatores de variação da liquidez | Variações em % do valor inicial da massa monetária



O ritmo de expansão da massa monetária em 2018 (6,1%) terá acelerado face a 2017 (2,8%), refletindo ligeiros impactos expansionistas dos ativos tanto externos como internos.

Gráfico II.3.12 • Taxas de câmbio efetivas | Índices base 100: 2000, médias mensais



A economia guineense perdeu competitividade-preço em 2018, resultado sobretudo da apreciação do franco CFA face à rupia indiana e do menor diferencial de inflação face a este país.

Quadro II.3.1 • Principais indicadores económicos

| | | 2016 | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|--|----------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|------------|--|
| | | | Est. | Prog. | Est. | Prog. | Est. | |
| Produto e preços | | | | | | | | |
| PIB nominal | milhões de EUR | 1067 | 1235 | 1260 | 1357 | 1493 | - | |
| PIB real | taxa de variação anual | 6,3 | 5,9 | 5,3 | 3,8 | 6,3 | - | |
| Inflação (IPC) | taxa variação homóloga | 1,6 | -1,2 | - | 2,4 | 2,2 | 2,1 abr. | |
| Inflação (IPC) | taxa de variação média | 1,5 | 1,0 | 2,0 | 0,4 | 2,0 | 1,3 abr. | |
| Finanças públicas | | | | | | | | |
| Receitas totais | % do PIB | 16,1 | 17,3 | 19,3 | 14,4 | 17,2 | - | |
| Despesas totais | % do PIB | 21,8 | 19,0 | 21,6 | 17,7 | 18,9 | - | |
| Saldo global | % do PIB | -5,7 | -1,7 | -2,4 | -2,2 | -1,7 | - | |
| Saldo global sem donativos | % do PIB | -9,6 | -7,0 | -7,4 | -6,7 | -6,4 | - | |
| Moeda e crédito | | | | | | | | |
| Crédito líquido ao SPA | taxa de variação anual | 18,3 | -42,9 | 11,3 | 10,1 | -12,6 | - | |
| Crédito à economia | taxa de variação anual | -1,1 | 78,6 | 4,5 | 2,6 | 0,4 | - | |
| Massa monetária (M3) | taxa de variação anual | 9,3 | 2,8 | 4,1 | 6,1 | -4,4 | - | |
| Taxas de juro | | | | | | | | |
| Passiva, entre 6 meses e 1 ano | taxa anual | 3,5 | 2,8 | - | 4,1 | - | 3,6 abr. | |
| Ativa, entre 6 meses e 1 ano | taxa anual | 9,1 | 7,9 | - | 7,9 | - | 7,8 abr. | |
| Estabilidade financeira | | | | | | | | |
| Adequação dos fundos próprios | % | 4,8 | 5,5 | - | - | - | - | |
| Crédito com imparidade/crédito total | % | 10,8 | 35,3 | - | - | - | - | |
| Rendibilidade dos capitais próprios (ROE) | % | 8,4 | 6,3 | - | - | - | - | |
| Balança de pagamentos | | | | | | | | |
| Balança corrente | % do PIB | 1,4 | 0,3 | -3,0 | -5,6 | -6,8 | - | |
| Balança corrente sem transferências oficiais | % do PIB | 1,2 | -0,8 | -3,0 | -5,6 | -6,8 | - | |
| Dívida externa | | | | | | | | |
| Stock total | % do PIB | 43,0 | 44,8 | - | 45,7 | - | - | |
| Stock total | % das exportações ^(a) | 161,9 | 170,7 | - | 205,8 | - | - | |
| Serviço da dívida | % das exportações ^(a) | 2,8 | 3,6 | - | 2,5 | - | - | |
| Taxas de câmbio (médias) | | | | | | | | |
| EUR/Franco CFA (mercado oficial) | taxa média | 656,0 | 656,0 | 656,0 | 656,0 | 656,0 | 656,0 jun. | |
| USD/Franco CFA (mercado oficial) | taxa média | 593,0 | 582,0 | - | 555,1 | - | 580,9 jun. | |
| ITCE nominal (base 100: 2000) ^(b) | taxa de variação anual | 1,6 | -0,5 | - | 3,5 | - | -0,3 jun. | |
| ITCE real (base 100: 2000) ^(b) | taxa de variação anual | 1,0 | -1,9 | - | 2,0 | - | -0,7 abr. | |

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Exportações de bens e serviços; (b) Índice da taxa de câmbio efetiva, calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais da Guiné-Bissau no período 2010-14 (valorização: +; desvalorização: -).

4 Moçambique



Área

799 380 km²

Capital

Maputo

População

29,7 milhões (2017; fonte: ONU)

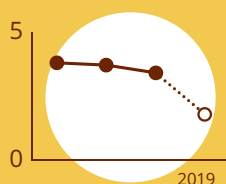
Moeda

Metical

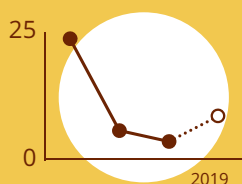
O crescimento económico abrandou ligeiramente em 2018 e, embora um pouco mais diversificado, continua em níveis substancialmente inferiores aos experimentados antes dos choques adversos de 2015-16. Entre estes choques inclui-se a retração acentuada do apoio externo, na sequência do processo que levou à contabilização de dívida pública até então não reconhecida. No período subsequente, Moçambique alcançou progressos consideráveis no restauro da estabilidade macroeconómica, em particular na condução da política monetária e cambial, o que permitiu trazer a inflação para valores de um dígito. Verificou-se igualmente um esforço reformista e de consolidação das contas públicas, embora se estime que esta última tenha abrandado em 2018.

A evolução globalmente positiva da situação macroeconómica foi interrompida pelo impacto dos ciclones tropicais Idai e Kenneth, que assolaram o país em março e abril de 2019, com consequências que marcam profundamente as perspetivas para a evolução da economia no curto prazo. A médio prazo, o desempenho da economia moçambicana deverá ser marcado pela renegociação da dívida externa, pela consolidação dos acordos de paz e pelo arranque da produção de gás natural liquefeito (GNL), previsto para 2023.

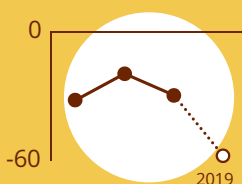
CRESCIMENTO ECONÓMICO



TAXA DE INFLAÇÃO HOMÓLOGA



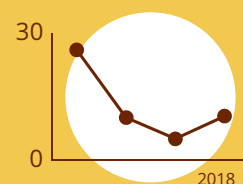
BALANÇA CORRENTE
% do PIB



SALDO ORÇAMENTAL
% do PIB



MASSA MONETÁRIA
variação



A economia moçambicana mantém uma trajetória de crescimento lento, iniciada em 2016 com os choques que então se fizeram sentir, associados a fatores como a dívida não registada, a evolução dos preços das matérias-primas, a resolução de dois bancos e o agravamento da insegurança. Em 2018, o **crescimento real** do PIB recuou ligeiramente para 3,4%, muito abaixo do crescimento médio de 7% observado entre 2011 e 2015. A atividade económica revelou-se, no entanto, mais diversificada, marcada pela quebra do crescimento no setor extrativo face a uma ligeira aceleração nos restantes setores da economia. As projeções para 2019 evidenciam uma desaceleração brusca do PIB para 1,8%, refletindo a disrupção da atividade económica causada pelos referidos ciclones, com particular incidência na produção agrícola e nas infraestruturas de transporte, telecomunicações e turismo.

A restrição das condições monetárias, bem como a estabilidade no preço dos alimentos e no mercado cambial, permitiram um novo recuo da taxa de **inflação** homóloga em 2018, que, apesar do aumento significativo dos preços administrativos, se fixou em 3,5%. Em 2019, o choque de oferta negativo induzido pelos desastres naturais tenderá a aumentar as pressões inflacionistas no país. Embora a taxa de inflação homóloga registada em julho fosse ainda de 2,2% (com o efeito sobre os preços circunscrito à região da Beira, a mais afetada), a taxa projetada para 2019 é de 8,5%.

A deterioração do défice da **balança corrente**, que atingiu 30% do PIB em 2018, reflete o abrandamento no crescimento das exportações de carvão e alumínio (afetadas por inundações na primeira metade de 2018) e o aumento significativo de importações de bens intermédios e serviços associadas a grandes projetos. Não obstante, o crescimento do défice externo associado a grandes projetos foi financiado pela maior entrada de investimento direto estrangeiro, o que limitou o défice global a 5% do PIB. O nível de reservas internacionais líquidas recuou 7%, embora, depois do expressivo reforço observado em 2017, se mantenha em patamares confortáveis (5,8 meses de importações, excluindo grandes projetos). Para 2019, o desequilíbrio da balança corrente prevê-se significativamente agravado (com o respetivo défice a atingir 58% do PIB), em larga medida devido ao impacto dos grandes projetos, com financiamento assegurado por investimento direto estrangeiro e crédito externo. Em resposta aos ciclones, prevê-se também uma recuperação substancial da ajuda externa, incluindo o desembolso já efetuado ao abrigo da *Rapid Credit Facility* (RCF) do FMI.

O **saldo orçamental** global estimado em 2018 evoluiu negativamente face a 2017, sendo deficitário em 7,2% do PIB, excluindo donativos. Este desempenho marca uma interrupção na trajetória de consolidação orçamental que se observou a partir de 2015, não obstante a eliminação de subsídios e a introdução de um mecanismo de ajustamento automático dos preços dos combustíveis. Em 2019, o impacto dos desastres naturais afetará as contas públicas, quer pela menor arrecadação de impostos, quer pelo aumento de despesa relativa a ajuda e reconstrução de emergência. O grosso do financiamento deverá ser assegurado por donativos externos e empréstimos concessionais que permitam conter o recurso a financiamento pelo banco central e à acumulação de atrasados, bem como manter os compromissos de consolidação que visam o equilíbrio do saldo orçamental primário até 2022 (eliminação das isenções de IVA e reforma de salários e políticas de contratação). A dívida pública permanece em níveis significativamente elevados. No entanto, tendo em conta as receitas futuras associadas à produção de GNL e o sucesso das renegociações em curso, a dívida é tida como sustentável numa perspetiva de médio prazo. Com o *Eurobond* emitido em 2016 (726 milhões de USD) e a dívida previamente oculta (1,4 mil milhões de USD) em incumprimento, as autoridades estão a negociar com credores privados uma reestruturação que inclui o alívio do serviço da dívida nos próximos cinco anos – coincidente com o prazo esperado para o início de produção e exportação de GNL – e o alargamento em dez anos dos reembolsos de capital.

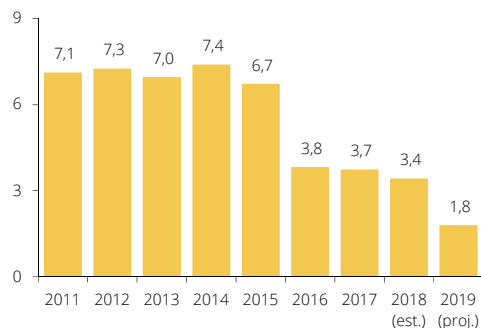
A **política monetária** tem evidenciado uma gradual normalização, depois da expressiva contração para controlo da inflação levada a cabo entre setembro de 2016 e abril de 2017. Desde então, o Banco de Moçambique tem vindo a implementar medidas que visam a adoção de um novo regime de metas de inflação baseado em taxas de juro, abandonando os agregados monetários enquanto metas operacionais. Neste período, foi iniciado um ciclo de flexibilização das condições monetárias, marcado pela redução gradual da taxa diretora² (num total de 750 pb para 14,25% até abril de 2018, com 100 pb adicionais até junho de 2019), a que se associa uma lenta recuperação do crédito à economia no último trimestre de 2018 e a aceleração do crescimento da massa monetária. Adicionalmente, num esforço para desencorajar a dolarização da economia e encarecer a intermediação financeira em moeda estrangeira, o banco central aumentou significativamente os requisitos de reservas de depósitos em moeda estrangeira (de 14% em janeiro de 2018 para 36% em fevereiro de 2019). A taxa de câmbio efetiva do metical manteve-se relativamente estável ao longo de 2018, sendo o compromisso das autoridades com um regime de câmbios flutuantes (*de jure* e *de facto*, com as intervenções do banco central limitadas à gestão da volatilidade) um importante fator de estabilidade no ajustamento a choques externos e na manutenção de níveis adequados de reservas internacionais.

O **setor financeiro** em 2018 mantinha níveis adequados de capitalização, liquidez e rendibilidade, não obstante o *stock* relativamente elevado de crédito malparado (11,7% do crédito total em maio de 2019). O banco central está a reforçar a sua capacidade de supervisão e a preparar um novo quadro de resolução bancária, incluindo alterações à Lei do Banco Central e a promulgação de uma nova Lei da Banca, que fortaleça o quadro de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

O impacto dos ciclones tropicais foi transversal a todos os setores da economia em 2019, prevendo-se que a reconstrução e a retoma da produção agrícola permitam alcançar um crescimento de 6% do PIB em 2020. Serão ainda relevantes os desenvolvimentos da renegociação da dívida externa em incumprimento, bem como a implementação e consolidação do acordo de paz, assinado em agosto de 2019. O atual quadro macroeconómico tem como potenciais **riscos** os atrasos em projetos de reconstrução (por limitada capacidade de implementação ou por incapacidade de mobilizar financiamento), desenvolvimentos desfavoráveis das contas públicas em ano de eleições legislativas, bem como o aumento da instabilidade financeira por via do eventual aumento do crédito mal parado, num contexto de queda da atividade económica.

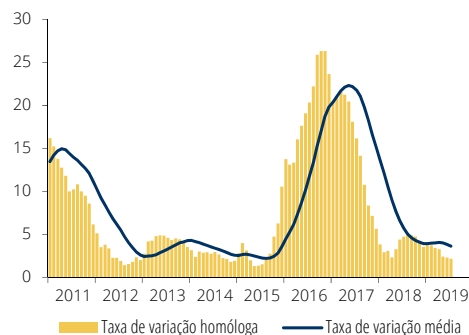
2. Em abril de 2017, foi introduzida a taxa de juro de referência da política monetária MIMO (taxa do mercado monetário interbancário de Moçambique). As intervenções do banco central são conduzidas através de *overnight reverse repos* à taxa MIMO, procurando induzir o alinhamento da taxa *overnight* do mercado interbancário, na expectativa de fortalecer o mecanismo de formação da taxa de juro e a sua transparência.

Gráfico II.4.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em %



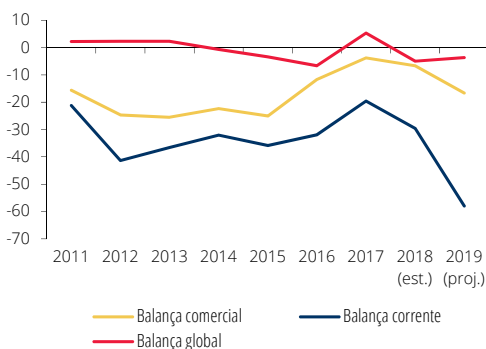
Os níveis de crescimento mantiveram-se baixos na sequência dos choques adversos de 2015 e 2016. A desaceleração abrupta projetada para 2019 reflete a destruição causada pelos ciclones tropicais.

Gráfico II.4.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em %



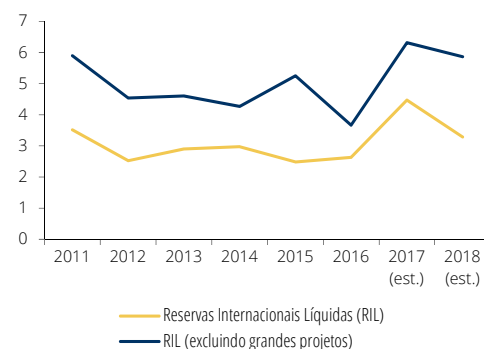
A inflação abrandou de forma rápida e acentuada em 2017 e 2018, num contexto de contração monetária e de estabilidade cambial, apesar do aumento significativo dos preços administrativos.

Gráfico II.4.3 • Contas externas | Em % do PIB



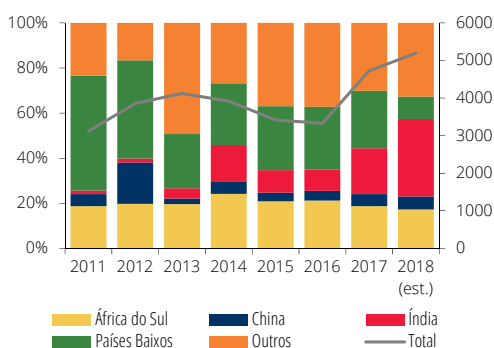
A evolução das contas externas é marcada, em 2018, pelo abrandamento das exportações face ao aumento de importações relativas a grandes projetos e, em 2019, também pelo impacto dos ciclones.

Gráfico II.4.4 • Reservas cambiais | Em meses de importações de bens e serviços



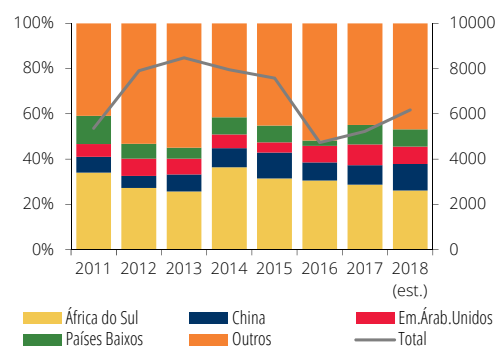
Depois de um expressivo reforço em 2017, o nível de reservas internacionais líquidas está em patamares confortáveis, correspondendo a 5,8 meses de importações, excluindo grandes projetos.

Gráfico II.4.5 • Exportações de mercadorias | Destinos em %, total em milhões de USD



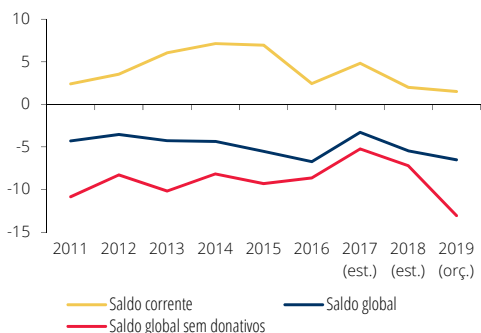
Acompanhando o peso crescente assumido pelo carvão no contexto das exportações de mercadorias, a Índia reforçou em 2018 a sua posição como o principal país cliente de Moçambique.

Gráfico II.4.6 • Importações de mercadorias | Origens em %, total em milhões de USD



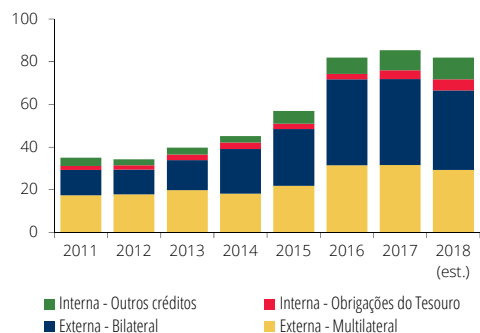
Persiste o tradicional predomínio sul-africano, embora em tendência decrescente e longe da posição assumida na década anterior, ao mesmo tempo que se assiste ao reforço da China.

Gráfico II.4.7 • Contas públicas | Em % do PIB



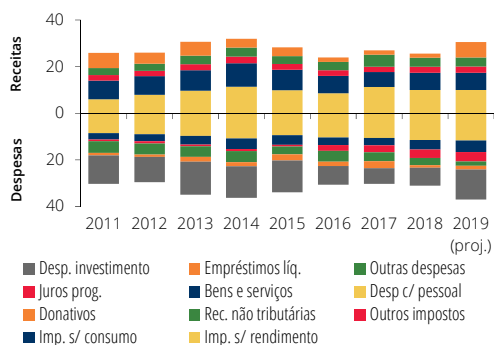
A evolução das contas públicas em 2018 refletiu uma interrupção na consolidação. Em 2019, o impacto dos ciclones implicará menor arrecadação de impostos e aumento de despesa relativa a ajuda e reconstrução.

Gráfico II.4.8 • Dívida pública | Em % do PIB



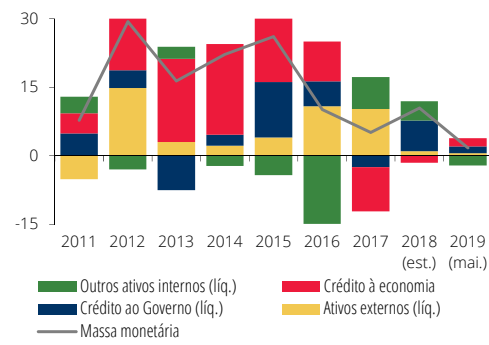
Depois do acentuado agravamento de 2015 e 2016, fruto do reconhecimento de dívida antes omitida, observou-se uma estabilização da dívida pública face ao PIB, embora em níveis significativamente elevados.

Gráfico II.4.9 • Receitas e despesas públicas | Em % do PIB



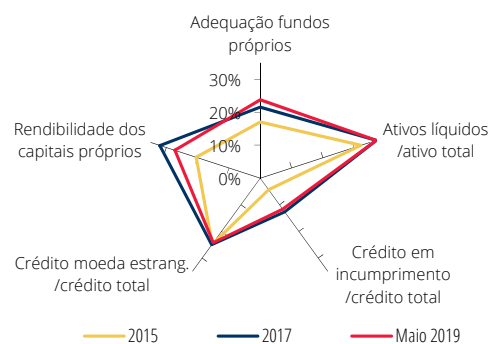
A estabilização da despesa primária face ao PIB em 2018 não compensou a contração das receitas não tributárias e donativos. Para 2019, projeta-se um aumento significativo em despesas de investimento e donativos.

Gráfico II.4.10 • Fatores de variação da liquidez | Variações em % do valor inicial da massa monetária



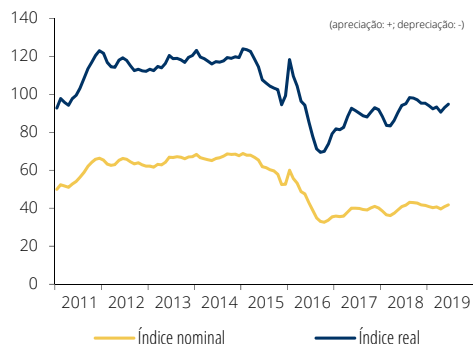
A expansão monetária em 2018 esteve sobretudo associada ao maior recurso da administração pública ao financiamento bancário, num contexto de acesso limitado a financiamento externo.

Gráfico II.4.11 • Indicadores de estabilidade financeira | Em %



O setor financeiro mantém níveis adequados de capitalização, liquidez e rentabilidade, apesar de apresentar um *stock* relativamente elevado de crédito em incumprimento.

Gráfico II.4.12 • Taxas de câmbio efetivas | Índices base 100: 2001, médias mensais



O metical mostrou-se estável ao longo de 2018, com uma apreciação efetiva de 3,6%, tanto em termos reais como em termos nominais, num movimento praticamente simétrico ao da taxa nominal do rand sul-africano.

Quadro II.4.1 • Principais indicadores económicos

| | | 2016 | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|--|---------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|------|------|
| | | | Est. | Prog. | Est. | Prog. | Est. | |
| Produto e preços | | | | | | | | |
| PIB nominal | milhões de EUR | 10 884 | 11 730 | 12 118 | 12 463 | 13 184 | - | |
| PIB nominal | milhões de USD | 12 029 | 13 213 | 16 446 | 14 724 | 15 083 | - | |
| PIB real | taxa de variação anual | 3,8 | 3,7 | 5,3 | 3,4 | 1,8 | - | |
| Inflação (IPC) | taxa variação homóloga | 23,7 | 5,6 | 6,5 | 3,5 | 8,5 | 2,2 | jul. |
| Inflação (IPC) | taxa de variação média | 19,9 | 15,1 | 6,7 | 3,9 | 5,6 | 3,6 | jul. |
| Finanças públicas | | | | | | | | |
| Receitas totais | % do PIB | 23,9 | 27,0 | 27,1 | 25,6 | 30,5 | - | |
| Despesas totais | % do PIB | 30,6 | 30,3 | 31,4 | 31,1 | 37,0 | - | |
| Saldo global | % do PIB | -6,7 | -3,3 | -4,3 | -5,5 | -6,5 | - | |
| Saldo global sem donativos | % do PIB | -8,6 | -5,2 | -6,3 | -7,2 | -13,1 | - | |
| Dívida pública | % do PIB | 82,0 | 85,3 | - | 82,0 | - | 83,9 | jun. |
| Interna | % do PIB | 10,2 | 13,5 | - | 15,4 | - | 17,3 | jun. |
| Externa | % do PIB | 71,7 | 71,8 | - | 66,6 | - | 66,6 | jun. |
| Externa | % das exportações ^(c) | 259 | 201 | - | 189 | - | - | |
| Moeda e crédito | | | | | | | | |
| Crédito líquido ao SPA | taxa de variação anual | 78,2 | -22,1 | 135,4 | 80,8 | 98,1 | 10,9 | mai. |
| Crédito à economia | taxa de variação anual | 12,5 | -13,6 | 6,8 | -2,6 | 5,6 | 3,4 | mai. |
| Massa monetária (M3) | taxa de variação anual | 10,1 | 5,1 | 7,2 | 10,4 | 8,0 | 1,7 | mai. |
| Taxas de juro | | | | | | | | |
| Passiva, a 1 ano | taxa anual | 12,7 | 18,0 | - | 11,2 | - | 9,8 | jun. |
| Ativa, a 1 ano | taxa anual | 28,0 | 28,0 | - | 20,7 | - | 21,2 | jun. |
| Taxa MIMO | taxa anual | - | 19,5 | - | 14,3 | - | 13,3 | jun. |
| Estabilidade financeira | | | | | | | | |
| Adequação dos fundos próprios ^(a) | % | 8,8 | 21,5 | - | 23,8 | - | 23,8 | mai. |
| Crédito em incumprimento/crédito total | % | 5,7 | 12,6 | - | 11,1 | - | 11,7 | mai. |
| Rendibilidade dos capitais próprios (ROE) | % | 9,9 | 32,0 | - | 29,8 | - | 27,2 | mai. |
| Balança de pagamentos | | | | | | | | |
| Balança corrente | % do PIB | -32,0 | -19,6 | -16,9 | -29,6 | -58,0 | - | |
| Balança corrente sem transferências oficiais | % do PIB | -35,6 | -23,1 | - | -30,4 | - | - | |
| Reservas oficiais (líquidas) | meses de importações ^(d) | 2,6 | 4,5 | - | 3,3 | - | 3,3 | mar. |
| Taxas de câmbio (médias) | | | | | | | | |
| EUR/MZM (mercado oficial) | taxa média | 69,2 | 71,7 | - | 71,2 | - | 70,1 | jun. |
| USD/MZM (mercado oficial) | taxa média | 62,6 | 63,6 | - | 60,3 | - | 62,1 | jun. |
| USD/MZM (mercado paralelo) | taxa média | 67,3 | 65,4 | - | 62,0 | - | 63,6 | jun. |
| ITCE nominal (base 100: 2001) ^(b) | taxa de variação anual ^(e) | -32,7 | 13,3 | - | 3,6 | - | 0,5 | jun. |
| ITCE real (base 100: 2001) ^(b) | taxa de variação anual ^(e) | -20,2 | 16,0 | - | 3,6 | - | -0,5 | jun. |

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Capital regulamentar/ativo ponderado pelo risco; (b) Índice da taxa de câmbio efetiva calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 2010-14 (apreciação: +; depreciação: -); (c) Exportações de bens e serviços; (d) Importações de bens e serviços do mesmo ano (ou do ano anterior, no caso de valores intra-anuais); (e) Variação da média mensal de fim do período face a dezembro do ano anterior.

5 São Tomé e Príncipe



Área

997 km²

Capital

Cidade de São Tomé

População

211 milhares (2018; fonte: Banco Mundial)

Moeda

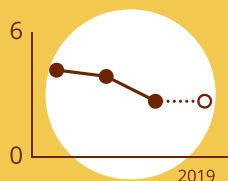
Dobra

A economia de São Tomé e Príncipe evidenciou algumas dificuldades em 2018. Apesar de o crescimento económico ser positivo, foi o menor das últimas décadas, e verificou-se uma deterioração das contas públicas. A inflação manteve a trajetória ascendente iniciada em 2016, e o desequilíbrio das contas externas provocou uma redução das reservas cambiais. Merece registo positivo a manutenção do crescimento do turismo e a resiliência das exportações de cacau, confrontadas com uma baixa dos preços internacionais.

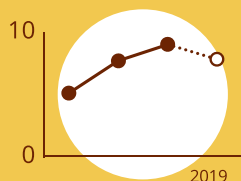
Na sequência das eleições de outubro de 2018, registou-se um período de instabilidade associada à dificuldade na formação de um novo governo, o que só viria a acontecer no final desse ano. Estas circunstâncias prejudicaram a conclusão do programa de ajustamento económico acordado com o FMI, que deveria ter vigorado até à segunda metade de 2018, e condicionaram negativamente o relacionamento de São Tomé e Príncipe com a generalidade dos seus parceiros internacionais.

A renovada dinâmica do setor privado, o enquadramento proporcionado pelo novo programa de ajustamento, que deverá ser aprovado brevemente pelo FMI, e um possível maior envolvimento dos parceiros de desenvolvimento alimentam expetativas de um melhor comportamento da economia santomense em 2019.

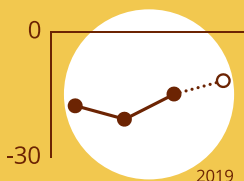
CRESCIMENTO ECONÓMICO



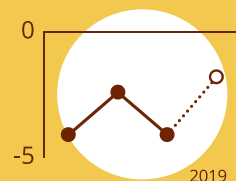
TAXA DE INFLAÇÃO HOMÓLOGA



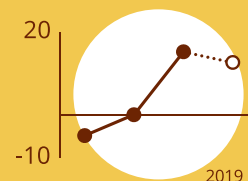
BALANÇA CORRENTE
% do PIB



SALDO ORÇAMENTAL PRIMÁRIO INTERNO
% do PIB



MASSA MONETÁRIA
variação



Após vários anos de **crescimento económico** de São Tomé em torno de 4%, verificou-se em 2018 uma redução para 2,7%. Para esta dinâmica contribuíram, por um lado, a indefinição na condução da política orçamental e, por outro, a escassez de recursos financeiros para a prossecução de projetos de investimento (públicos e privados). O maior distanciamento da comunidade internacional (tradicional fonte de financiamento de projetos públicos) e a não materialização das expectativas de envolvimento de entidades chinesas em obras de infraestruturas (renovação do aeroporto e construção de novas instalações portuárias e rodoviárias) resultaram num nível particularmente reduzido do investimento.

Do lado positivo, é de realçar o bom comportamento do setor do turismo, associado a um crescente número de visitantes, o qual tem dado origem à criação (em São Tomé e na ilha do Príncipe) de novas unidades no setor da hotelaria e da restauração, predominantemente de pequena dimensão, mas geradoras de emprego e rendimento. Existe a expectativa de que esta dinâmica positiva possa ter continuidade em 2019.

Após o significativo processo de **desinflação** de 2009 a 2015 (para o que terá contribuído a adoção em 2010 do regime de paridade fixa da dobra face ao euro), nos últimos anos tem-se registado uma inversão dessa tendência, tendo a taxa de variação homóloga atingido 9% em dezembro de 2018. A implementação de uma pesada carga tributária sobre bens essenciais de consumo (visando alcançar metas fiscais ambiciosas), o aumento do preço internacional dos combustíveis, as más condições meteorológicas (que afetaram os preços do peixe e dos bens agrícolas) e o agravamento dos custos provocado pelos problemas com o fornecimento de energia elétrica na segunda metade de 2018 foram os principais fatores que contribuíram para esta subida dos preços. No segundo semestre, a expansão monetária gerada pelo financiamento bancário das despesas públicas também contribuiu para acentuar esta tendência inflacionista.

A **balança corrente**, apesar de largamente deficitária, apresentou uma melhoria em 2018, fruto do crescimento das receitas do turismo e do menor valor de algumas importações, com destaque para as de bens alimentares e, sobretudo, de equipamento (associado à queda no investimento). Já o valor das importações de combustíveis foi mais elevado, devido ao aumento do preço do petróleo.

O défice corrente associado a um comportamento pouco favorável dos fluxos financeiros determinaram em 2018 uma redução significativa (cerca de um terço) das reservas cambiais. Nos primeiros meses de 2019, verificaram-se algumas entradas de divisas que compensaram parcialmente estas perdas. As reservas têm-se mantido ligeiramente acima do limiar de cobertura de três meses de importações.

O programa de ajustamento acordado com o FMI para o período de 2015 a 2018 pressupunha a condução de uma **política orçamental** prudente, visando a progressiva correção dos desequilíbrios das contas públicas. Esse esforço de consolidação foi prosseguido até 2017 mas no último ano verificou-se uma derrapagem: as despesas com pessoal e em aquisição de bens e serviços ultrapassaram os valores orçamentados, enquanto as receitas fiscais ficaram abaixo dos valores previstos. O défice primário interno (a principal referência desta política) agravou-se de 2,4% para 4,1% do PIB em 2018, face à meta acordada de 1,3%. O orçamento de 2019 (e a meta do programa do FMI) pressupõe uma significativa redução deste défice.

As dificuldades orçamentais deram origem ao recurso, por parte de alguns órgãos da administração pública não central e empresas públicas, a financiamentos junto do setor bancário, bem como à acumulação de um elevado volume de atrasados junto dos fornecedores, aliás nem sempre devidamente refletido nas contas públicas. O reconhecimento contabilístico destas situações refletiu-se num agravamento da dívida interna, que ganhou uma nova e preocupante dimensão.

As dificuldades do país no recurso ao financiamento externo mantiveram a dívida externa em torno de 60% do PIB.

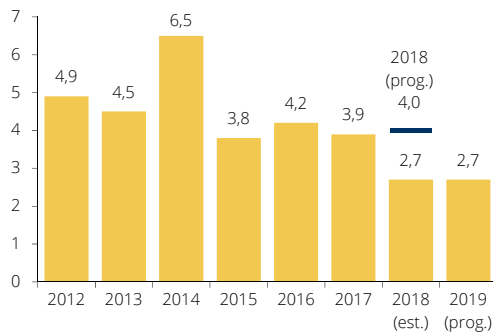
O recurso ao crédito bancário por parte do setor público em 2018 levou a um acentuado crescimento da **massa monetária** (15,2%), apesar do crédito à economia se ter contraído (-1,6%), refletindo as dificuldades sentidas pelas instituições bancárias e o comportamento menos favorável da economia. O sistema bancário continuou a apresentar fragilidades, decorrentes do crédito em incumprimento, dos elevados custos operacionais e das fracas perspetivas de expansão do crédito.

As perspetivas para a evolução da economia em **2019** estão condicionadas, com o Governo a ter de formular e implementar uma estratégia consistente para a correção dos desequilíbrios estruturais. Em agosto de 2019 estavam em fase avançada as conversações para a celebração de um acordo com o FMI para um novo programa de ajustamento, a vigorar de 2019 a 2022, ao abrigo da *Extended Credit Facility*.

Uma das premissas para a aprovação deste novo programa consiste na adequada clarificação das contas públicas, nomeadamente o reconhecimento da situação financeira das empresas públicas (em especial, a responsável pelo fornecimento de água e eletricidade). Por sua vez, o saneamento destas entidades terá de contar com o envolvimento (técnico e financeiro) dos parceiros de desenvolvimento, o qual depende da recuperação da confiança junto da comunidade internacional, a ser conseguida com a assinatura do acordo para o referido programa de ajustamento.

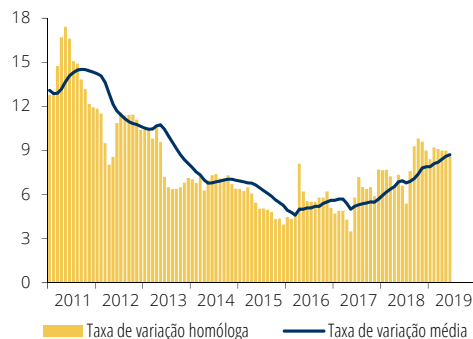
São Tomé e Príncipe deverá procurar potencializar as oportunidades geradas pela crescente atração das duas ilhas como destino turístico, bem como pelas possibilidades decorrentes das novas produções agrícolas de elevado valor unitário (cacau biológico, flores, especiarias, etc.). Espera-se que o **setor bancário**, após o processo de saneamento e consolidação dos últimos anos, esteja em condições de dar o seu contributo para a revitalização da economia santomense.

Gráfico II.5.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em %



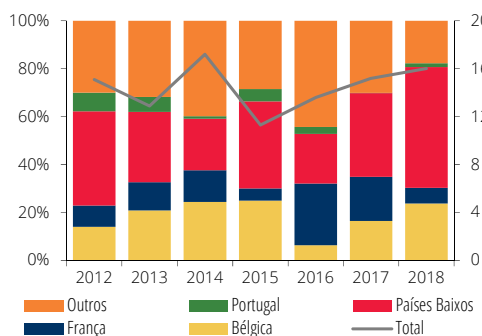
A instabilidade vivida no segundo semestre de 2018, incluindo a de natureza política e a associada aos problemas com o fornecimento de eletricidade, afetou significativamente a atividade económica.

Gráfico II.5.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em %



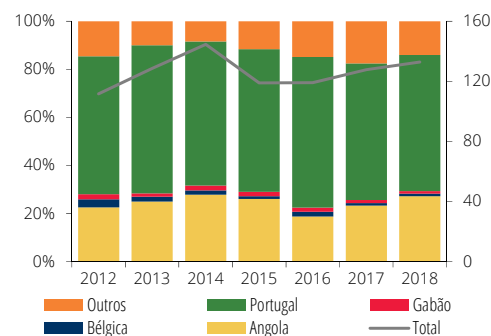
A trajetória ascendente da inflação continuou a acentuar-se em 2018, para o que contribuiu o aumento da tributação indireta e os custos adicionais relacionados com o fornecimento de eletricidade.

Gráfico II.5.3 • Exportações de mercadorias | Destinos em %, total em milhões de USD



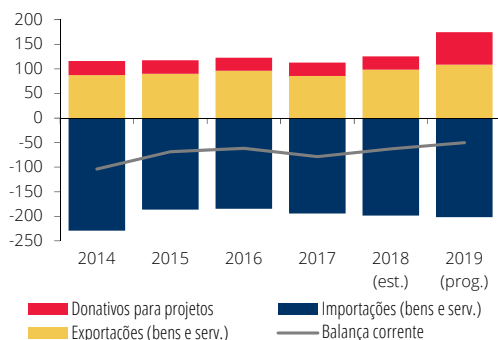
As exportações de cacau apresentaram um bom comportamento em 2018, apesar da redução do preço internacional deste bem. Os Países Baixos asseguraram cerca de 50% das compras do exterior.

Gráfico II.5.4 • Importações de mercadorias | Origens em %, total em milhões de USD



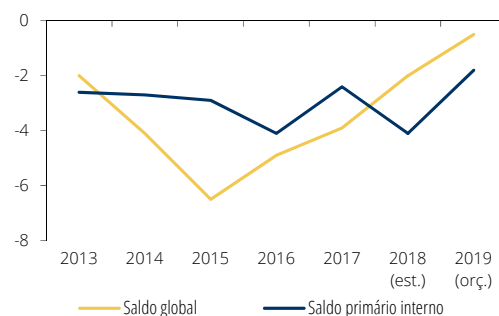
A fatura dos combustíveis foi a principal causa do aumento do valor das importações em 2018. Este facto reforçou o peso de Angola como segundo maior fornecedor de São Tomé, a seguir a Portugal.

Gráfico II.5.5 • Contas externas | Em milhões de USD



A balança corrente apresentou uma ligeira melhoria em 2018, embora aquém das expectativas iniciais. As receitas do turismo têm sido fundamentais para reduzir o desequilíbrio das contas externas.

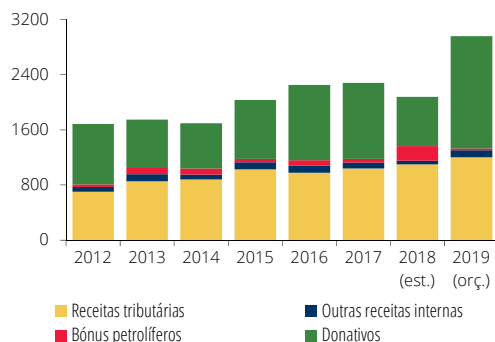
Gráfico II.5.6 • Contas públicas | Em % do PIB



O saldo orçamental global apresentou uma ligeira melhoria em 2018, apesar da derrapagem do saldo primário interno, principal referência na condução das finanças públicas.

Gráfico II.5.7 • Receitas públicas

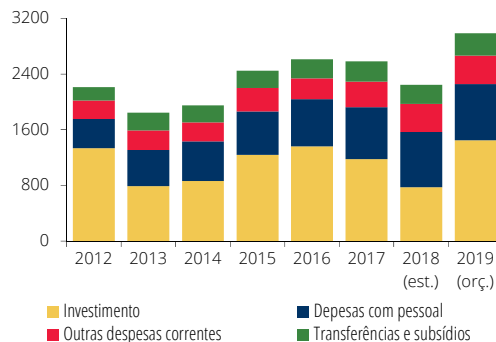
| Em milhões de dobras



A fraca captação de donativos prejudicou o desempenho das receitas públicas em 2018. A instabilidade política não favoreceu o envolvimento dos parceiros de desenvolvimento.

Gráfico II.5.8 • Despesas públicas

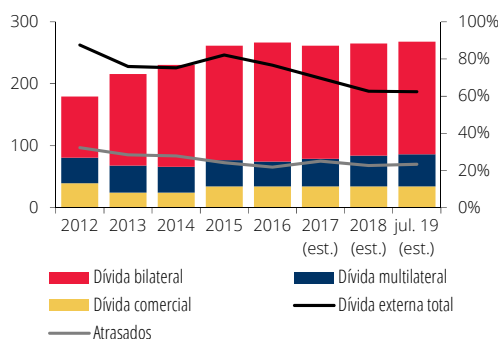
| Em milhões de dobras



As dificuldades na captação de recursos externos traduziram-se numa quebra do investimento público em 2018. As despesas correntes aumentaram, como é frequente acontecer em períodos eleitorais.

Gráfico II.5.9 • Dívida externa

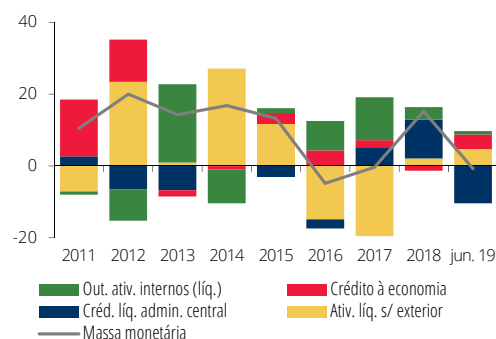
| Em milhões de USD, total e atrasados em % do PIB



O valor da dívida externa tem-se mantido tendencialmente estável, refletindo o compromisso das autoridades santomenses em só recorrerem a esta opção em condições concessionais.

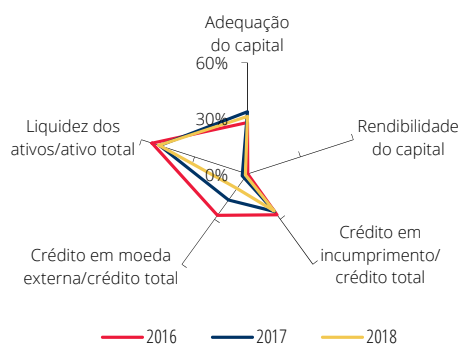
Gráfico II.5.10 • Fatores de variação

da liquidez | Variações em % do valor inicial da massa monetária



O recurso da administração pública ao financiamento bancário em 2018 deu origem a um acentuado crescimento da massa monetária, situação invertida em 2019.

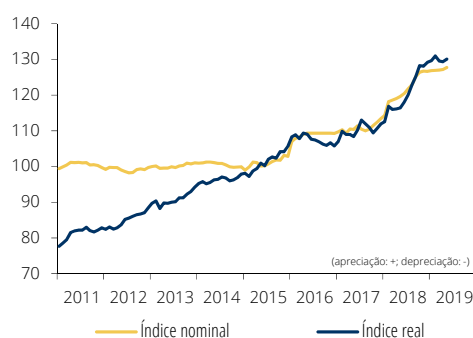
Gráfico II.5.11 • Indicadores de estabilidade financeira



O sistema bancário continua a apresentar fragilidades, com níveis elevados de crédito em incumprimento, significativos custos operacionais e ausência de oportunidades de expansão do crédito.

Gráfico II.5.12 • Taxas de câmbio efetivas

| Índices base 100: dezembro de 2004, médias mensais



A dobra apresentou em 2018 uma apreciação do seu valor cambial, devido à depreciação da moeda angolana. Em termos reais essa apreciação foi mais elevada devido à inflação.

Quadro II.5.1 • Principais indicadores económicos

| | | 2016 | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|--|-------------------------------------|-------|-------|-------|-------|----------------------|--------------------------|--|
| | | | Est. | Prog. | Est. | Prog. ^(a) | Est. | |
| Produto e preços | | | | | | | | |
| PIB nominal | milhões de EUR | 314 | 333 | 376 | 358 | 381 | - | |
| PIB real | taxa de variação anual | 4,2 | 3,9 | 4,0 | 2,7 | 2,7 | - | |
| Inflação (IPC) | taxa variação homóloga | 5,1 | 7,7 | 6,0 | 9,0 | 7,8 | 8,6 jun. | |
| Inflação (IPC) | taxa de variação média | 5,4 | 5,7 | 6,8 | 7,9 | 8,4 | 8,7 jun. | |
| Finanças públicas | | | | | | | | |
| Receitas totais | % do PIB | 29,3 | 28,0 | 32,9 | 23,7 | 31,7 | - | |
| Receitas correntes | % do PIB | 14,1 | 13,8 | 14,8 | 13,2 | 14,0 | - | |
| Donativos | % do PIB | 14,2 | 13,5 | 18,1 | 8,2 | 17,4 | - | |
| Despesas totais | % do PIB | 34,2 | 31,9 | 34,3 | 25,8 | 32,2 | - | |
| Despesas correntes | % do PIB | 16,3 | 17,2 | 16,4 | 16,8 | 16,5 | - | |
| Despesas de investimento | % do PIB | 17,7 | 14,4 | 17,7 | 8,8 | 15,5 | - | |
| Saldo primário interno ^(b) | % do PIB | -4,1 | -2,4 | -1,3 | -4,1 | -1,8 | - | |
| Saldo global | % do PIB | -4,9 | -3,9 | -1,4 | -2,0 | -0,5 | - | |
| Dívida pública (inclui dívida garantida) | % do PIB | 91,2 | 82,6 | - | 94,7 | 92,1 | - | |
| Dívida pública externa | % do PIB | 76,7 | 69,6 | 68,7 | 62,7 | 60,3 | 62,4 jul. | |
| Moeda e crédito | | | | | | | | |
| Crédito líquido ao SPA | taxa de variação anual | -10,9 | 41,7 | -10,4 | 148,0 | 4,0 | 12,4 jun. ^(f) | |
| Crédito à economia | taxa de variação anual | 6,6 | 2,5 | 3,4 | -1,6 | 5,8 | 6,9 jun. ^(f) | |
| Massa monetária (M3) | taxa de variação anual | -4,8 | 0,2 | -0,2 | 15,2 | 12,6 | 11,6 jun. ^(f) | |
| Taxa de juro de referência do BCSTP | taxa anual | 10,0 | 9,0 | - | 9,0 | - | 9,0 jun. | |
| Estabilidade financeira | | | | | | | | |
| Adequação dos fundos próprios ^(c) | % | 27,8 | 33,6 | - | 31,1 | - | 29,3 jun. | |
| Crédito com imparidade/crédito total | % | 27,1 | 24,9 | - | 24,6 | - | 24,9 jun. | |
| Rendibilidade dos capitais próprios (ROE) | % | 0,2 | -3,0 | - | -1,1 | - | - | |
| Balança de pagamentos | | | | | | | | |
| Balança comercial (mercadorias) | % do PIB | -30,4 | -29,9 | -30,7 | -27,6 | - | - | |
| Balança de serviços | % do PIB | 4,9 | 1,3 | 3,3 | 4,0 | - | - | |
| Balança corrente | % do PIB | -17,7 | -20,9 | -6,8 | -14,9 | -11,7 | - | |
| Reservas oficiais | meses de importações ^(d) | 4,9 | 4,6 | 4,4 | 3,2 | 3,2 | 3,4 jun. | |
| Taxas de câmbio | | | | | | | | |
| EUR/Dobra | taxa média anual | 24,5 | 24,5 | 24,5 | 24,5 | 24,5 | 24,5 jun. | |
| USD/Dobra | taxa média anual | 22,3 | 21,9 | 22,1 | 20,9 | 19,8 | 21,8 jun. | |
| ITCE nominal (base 100: dez-2004) ^(e) | taxa de variação anual | 7,7 | 0,5 | - | 11,2 | - | 0,9 mai. ^(f) | |
| ITCE real (base 100: dez-2004) ^(e) | taxa de variação anual | 6,1 | -1,4 | - | 14,0 | - | 0,7 mai. ^(f) | |

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Os valores de 2019, com exceção das finanças públicas, correspondem aos acordados entre as autoridades santomenses e a equipa técnica do FMI em agosto de 2019, no contexto da preparação de um programa de ajustamento; os das finanças públicas correspondem aos inscritos no Orçamento para 2019; (b) O saldo primário interno corresponde ao saldo global excluindo donativos, receitas petrolíferas (bónus de assinatura de contratos e outras), juros da dívida e despesas e investimento financiadas com recursos externos; (c) Capital regulamentar/ativo ponderado pelo risco; (d) Importações de bens e serviços, excluindo importações de bens de investimento e relativas a assistência técnica; (e) Índice da taxa de câmbio efetiva, calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos principais parceiros comerciais (valorização: +; desvalorização: -); (f) Variação face a dezembro de 2018.

Caixa 1 • 10 anos do Acordo de Cooperação Económica entre Portugal e São Tomé e Príncipe

O Acordo de Cooperação Económica entre Portugal e São Tomé e Príncipe (ACE) completou este ano o seu décimo aniversário, tendo sido assinado pelos Ministros das Finanças dos dois países em 28 de julho de 2009.

O ACE foi proposto pelas autoridades santomenses às homólogas portuguesas no contexto da implementação de uma estratégia de modernização, abertura e dinamização da economia, na sequência da participação com sucesso de São Tomé e Príncipe em iniciativas multilaterais dinamizadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, como as iniciativas “Países Pobres Altamente Endividados” (HIPC, na sigla inglesa) e “Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida” (MDRI, na sigla inglesa). Contribuindo para os mesmos objetivos, São Tomé e Príncipe tinha concluído com sucesso em junho de 2008 um programa de ajustamento ao abrigo da “Facilidade para a Redução da Pobreza e Crescimento” (PRGF, na sigla inglesa), e havia acordado com o FMI a implementação de um novo programa no âmbito da mesma facilidade para o período 2009-11.

O ACE tem como elemento essencial a adoção de um regime cambial de paridade fixa entre a moeda local (dobra santomense) e o euro, visando eliminar o risco cambial face às moedas dos principais mercados de exportação (Países Baixos, Bélgica) e de importação (Portugal, países da África Ocidental que adotaram o franco CFA, igualmente ligado ao euro com paridade fixa). Esta estabilidade cambial favorece a abertura económica ao exterior, especialmente em relação a Portugal e à União Europeia, quer nas trocas comerciais, quer no investimento.

Inspiradora para a adoção do ACE foi sem dúvida a experiência positiva de Cabo Verde, que em 1998 tinha adotado um enquadramento cambial da mesma natureza, no âmbito do Acordo de Cooperação Cambial celebrado com Portugal.

Outro fator relevante na opção de São Tomé e Príncipe pela paridade fixa decorreu da vivência então recente (nomeadamente em 2007-08) de níveis de inflação particularmente elevados (superiores a 35%). Sendo inicialmente o resultado da subida do preço das matérias-primas (petróleo, cereais, etc.), a inflação foi exacerbada pela dinâmica de depreciação da dobra, alimentada pelas expectativas de continuada queda do seu valor cambial. A adoção de uma âncora para o valor (interno e externo) da moeda local apresentava-se, assim, como uma decisão pertinente e justificada.

A adoção desse novo regime cambial obrigaria, do lado das autoridades santomenses, à implementação de políticas económicas compatíveis com a salvaguarda do regime, não só na esfera monetária e financeira, mas também no âmbito orçamental, pois excessos no domínio das despesas públicas, numa economia como a santomense, se traduziriam de imediato na acentuação do desequilíbrio externo e na conseqüente pressão sobre as reservas cambiais.

A participação de Portugal neste Acordo estava alicerçada num bom conhecimento da realidade santomense (a cooperação técnica a nível das finanças públicas e dos bancos centrais era significativa) e tinha em conta o papel predominante de Portugal no comércio externo de São Tomé. Relevava também o então progressivo envolvimento de instituições privadas portuguesas em projetos de investimento naquele país, dinâmica que se esperava que se viesse a intensificar na sequência da estabilidade cambial proporcionada pelo novo regime (a perspectiva do crescente nível de investimento português não se veio a materializar, sobretudo devido à crise financeira que se acentuou em Portugal a partir de 2009).

As autoridades portuguesas disponibilizaram, no âmbito do ACE, uma facilidade de crédito de curto prazo com características concessionais, destinada ao reforço pontual das reservas cambiais. O limiar para o recurso a essa facilidade foi definido operacionalmente como um valor para os ativos externos líquidos do banco central correspondendo a três meses das importações de bens e serviços programadas.

Ficaram consagradas no ACE responsabilidades partilhadas, assentes em estruturas de acompanhamento e apoio técnico (Comissão do ACE e Unidade de Acompanhamento Macroeconómico),

constituídas paritariamente. Estas estruturas permitiram o estabelecimento de canais privilegiados para os decisores de ambos os países, com base num adequado nível de capacidade técnica de avaliação económica e financeira.

A apreciação do impacto do ACE na economia santomense tem sido globalmente positiva, não apenas pelas autoridades de ambos os países, mas também por instituições internacionais, como o FMI ou o Banco Mundial. Um sinal da adequação do regime consiste no facto de ao longo destes 10 anos não se ter colocado a questão do realinhamento da paridade e de as autoridades santomenses não terem recorrido à facilidade de crédito do ACE.

São inequívocos alguns progressos no âmbito dos principais objetivos do ACE:

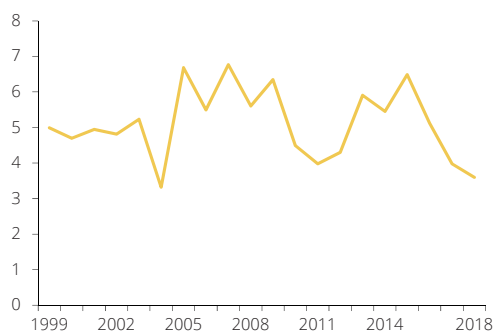
Promoção da estabilidade económica e financeira:

- redução significativa dos níveis de inflação, com uma evolução mais marcada no período de 2010 a 2016, contrariada nos anos mais recentes por más condições meteorológicas (com efeitos significativos nos preços, dada a estrutura do cabaz de consumo) e por decisões no domínio fiscal;
- consciência da importância da redução dos desequilíbrios orçamentais, que, na generalidade dos anos, se traduziu pela aprovação de orçamentos progressivamente mais próximos do equilíbrio;
- reforço da atuação das autoridades de supervisão financeira, promovendo o saneamento (incluindo a resolução) de entidades bancárias inviáveis.

Gráfico C1.1 • Taxa de inflação homóloga
| Em %



Gráfico C1.2 • Cobertura das importações por ativos externos líquidos do banco central
| Em meses de importações de bens e serviços



Promoção da abertura ao exterior:

- aumento do valor das exportações e importações de bens e serviços, nomeadamente na componente de exportação de serviços que cresceu significativamente nos últimos anos;
- consolidação do peso dos países europeus no conjunto das exportações e importações santomenses, representando cerca de 70% do total.

As características estruturais da economia santomense, independentemente do regime cambial, nomeadamente a dimensão muito reduzida e os custos da insularidade, têm estado na origem de algumas dificuldades vividas durante este período: um nível de crescimento económico abaixo das expectativas, falta de progresso no domínio social e no combate à pobreza, recrudescimento da inflação nos últimos três anos.

O principal desafio à manutenção do ACE e do correspondente regime cambial consiste na adoção e implementação rigorosa e continuada de políticas macroeconómicas sustentáveis, que contribuam para a redução das fragilidades estruturais da economia e proporcionem o necessário crescimento económico e o aumento do bem-estar da generalidade da população santomense. No curto prazo, essa manutenção passa pelo necessário reforço das reservas cambiais.

6 Timor-Leste



Área

14 954 km²

Capital

Díli

População

1261 milhares (2018; fonte: D. G. Estatística – TL)

Moeda

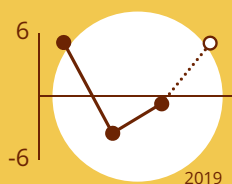
Dólar norte-americano

Em 2018, e pelo segundo ano consecutivo, o produto não petrolífero de Timor-Leste registou uma diminuição em termos reais, embora menos acentuada do que no ano precedente (-0,7% em 2018; -3,5% em 2017). O impasse gerado com as eleições de 2017, que só viria a ser resolvido com a constituição de um novo governo já na segunda metade de 2018, terá contribuído para este comportamento menos favorável, nomeadamente devido ao atraso na elaboração do orçamento de 2018, só aprovado em setembro. O elevado peso da atividade da administração pública na economia, a gestão orçamental em regime de duodécimos, as limitações no lançamento de novos projetos de despesa e de investimento público e as restrições no recurso a transferências do Fundo do Petróleo condicionaram negativamente o desempenho económico, apesar do esforço de normalização da execução das despesas públicas no último trimestre de 2018.

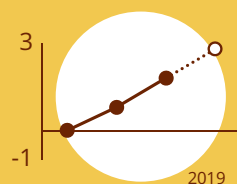
As receitas resultantes da exploração de recursos energéticos foram superiores às expetativas, devido ao aumento do preço internacional destes bens primários; no entanto, a única jazida em atividade encontra-se perto do final de vida útil. A inflação, embora tendo subido em 2018, manteve-se moderada, e decresceu no primeiro semestre de 2019. As contas públicas continuam a caracterizar-se por elevados défices, financiados através do recurso a transferências do Fundo do Petróleo. O sistema bancário tem uma expressão incipiente, nomeadamente no domínio da concessão de crédito, embora registe progresso em termos de infraestruturas (sistemas de pagamentos a retalho e interbancário).

A normalização da situação governativa e a atempada execução do programa de despesas públicas em 2019 deverá contribuir para o retorno a uma dinâmica de crescimento positivo.

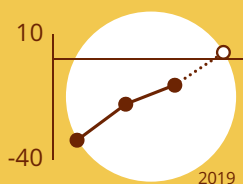
CRESCIMENTO
ECONÓMICO



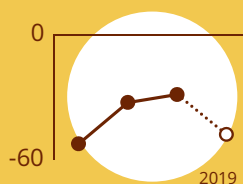
TAXA DE INFLAÇÃO
HOMÓLOGA



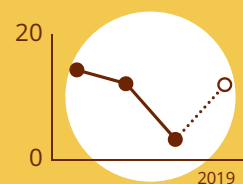
BALANÇA
CORRENTE
% do PIB



SALDO
ORÇAMENTAL
% do PIB



MASSA
MONETÁRIA
variação



Ao contrário das expectativas iniciais, o **crescimento económico** em Timor-Leste não recuperou em 2018, tendo o produto não petrolífero registado um decréscimo de 0,7% (as previsões iniciais apontavam para um crescimento modesto, de 0,6%). O produto não petrolífero é a variável mais relevante do comportamento da economia de Timor-Leste, pois a exploração de recursos energéticos desenvolve-se *off-shore* com escasso impacto em termos de emprego e de rendimento direto das famílias.

O atraso na constituição do governo e a aprovação tardia do orçamento provocaram uma inércia na administração pública, que, numa economia de reduzida dimensão e forte dependência da atividade do estado, se refletiu transversalmente. Espera-se alguma recuperação em 2019, mas os indicadores mais recentes contrariam a expectativa de uma taxa de crescimento de 5%, prevalente no início do ano.

A **inflação** subiu moderadamente em 2018, nomeadamente por efeito da subida dos preços dos combustíveis, o que, dadas as características da economia e do sistema de transportes em Timor-Leste, tem um efeito nos preços de praticamente todos os elementos constituintes do cabaz de consumo. A apreciação do dólar face às moedas dos países fornecedores (sobretudo Indonésia) atenuou, no entanto, esta dinâmica, tendo a taxa de inflação homóloga apresentado no final de 2018 o valor de 2,1% (recorde-se que no final de 2016 a mesma era ainda negativa); ao longo do primeiro semestre de 2019 a inflação tem vindo a descer (0,9% em junho), contrariando as previsões de subida.

Desde a queda das receitas petrolíferas em 2016 que a **balança corrente** tem apresentado elevados défices, ao contrário da situação da década anterior em que as referidas receitas haviam dado origem a significativos excedentes, os quais tinham permitido a acumulação dos ativos financeiros do Fundo do Petróleo. Em 2018, esse défice ter-se-á situado em cerca de 10% do PIB não petrolífero, registando algum progresso face a 2017 (défice de 17%), para o que contribuiu o aumento em 2018 do valor das receitas externas do petróleo e do gás. A manutenção desta tendência poderá vir a permitir o retorno a um modesto excedente desta balança.

O **défice orçamental** também se atenuou ligeiramente, de 32% em 2017 para 29% do PIB não petrolífero em 2018. Nos últimos anos, a instabilidade governativa e o atraso na aprovação dos orçamentos tem condicionado o desenvolvimento de novos projetos de despesa e de investimento público. Estes défices são financiados essencialmente por transferências provenientes do Fundo de Petróleo. As transferências “regulares” (equivalentes ao “rendimento sustentável estimado” da riqueza petrolífera) são inscritas no orçamento como receitas comuns mas, recorrentemente, o financiamento do défice tem sido assegurado por transferências “extraordinárias” daquele Fundo, sujeitas a um processo de autorização legislativa especial.

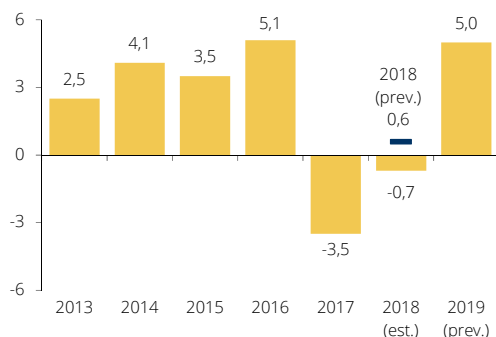
O recurso à dívida externa é diminuto (menos de 9% do PIB não petrolífero) e resulta de empréstimos concessionais obtidos junto de instituições internacionais (como o Banco Mundial), os quais estão associados a projetos de investimento público, com uma forte componente de assistência técnica. As lacunas ainda existentes em termos de infraestruturas justificam a continuação desta opção nos anos mais próximos, podendo a dívida pública externa vir a atingir cerca de 20% do PIB no médio prazo.

As transferências provenientes do Fundo do Petróleo provocaram em 2016 e 2018 diminuições no valor total dos seus ativos, as quais, neste último ano, foram agravadas pelas perdas contabilísticas registadas no valor dos títulos acionistas da carteira do Fundo, que assim reverteram os ganhos registados em 2017. As mais-valias registadas no primeiro semestre de 2019 superaram entretanto a queda de 2018, pelo que o valor do Fundo em junho de 2019 excedia 17 mil milhões de USD.

O comportamento dos **agregados monetários** está particularmente dependente do comportamento das receitas externas relacionadas com a exploração de petróleo e com a sua afetação, uma vez que essas entradas tanto podem ser esterilizadas através de aplicações no exterior do Fundo do Petróleo como utilizadas no financiamento de despesas públicas, dando neste caso origem ao crescimento da massa monetária. O papel do crédito ao setor privado na economia é de reduzida dimensão (o crédito representa pouco mais de 13% do PIB), para o que contribui a incipiência do setor bancário e lacunas no ordenamento legal (por exemplo no registo de propriedade e na recuperação de dívidas). Em 2018 o crescimento da massa monetária foi reduzido (3,2%), representando o valor mais baixo na história de Timor-Leste como país independente, resultante de um acréscimo dos depósitos líquidos do Governo (fator negativo da criação de liquidez) e de uma redução de 3,7% no crédito.

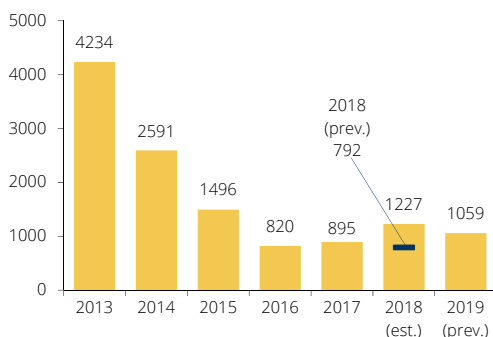
Para 2019 espera-se alguma recuperação do nível da atividade económica, fruto de uma maior estabilidade política e da implementação de novos projetos públicos. A assinatura do acordo de fronteiras marítimas com a Austrália poderá permitir o início da exploração dos recursos energéticos da bacia de Greater Sunrise. As autoridades timorenses pretendem que a companhia nacional do petróleo venha a assumir um papel predominante nessa exploração e que o processamento desses produtos venha a ser feito numa refinaria a construir na costa sul de Timor (em vez de serem canalizados para a Austrália como sucede presentemente). Estas intenções, a materializarem-se, colocarão pressão na manutenção do valor do Fundo do Petróleo, donde proviria o respetivo financiamento.

Gráfico II.6.1 • PIB não petrolífero real | Taxas de variação anual, em %



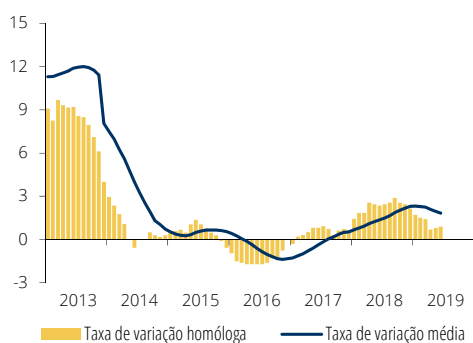
O PIB não petrolífero voltou a apresentar uma quebra, mais ligeira do que no ano transato, resultante do atraso na aprovação e implementação do orçamento em 2018.

Gráfico II.6.2 • Produto petrolífero | Em milhões de USD



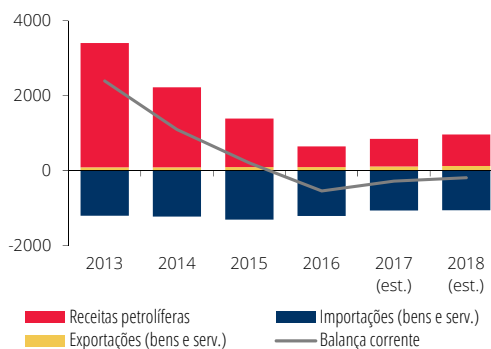
A recuperação do preço do petróleo deu origem a um crescimento do valor do produto petrolífero acima das expectativas em 2018; no entanto, o potencial da jazida em exploração encontra-se perto do fim.

Gráfico II.6.3 • Inflação | Variação anual do IPC, em %



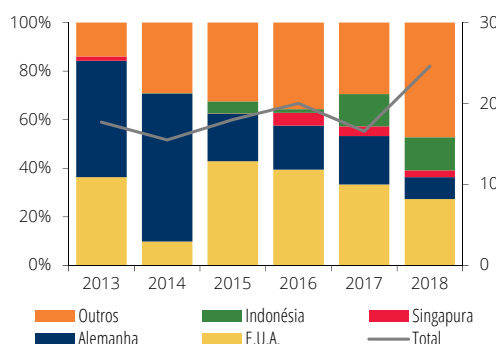
A inflação subiu ligeiramente em 2018, essencialmente devido ao aumento do preço dos combustíveis; mantém-se no entanto baixa, tendo mesmo voltado a diminuir em 2019.

Gráfico II.6.4 • Contas externas | Em milhões de USD



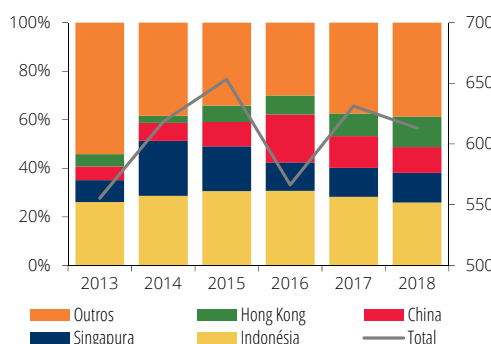
O défice da balança corrente diminuiu ligeiramente em 2018, em resultado do aumento das receitas petrolíferas e da redução no valor das importações.

Gráfico II.6.5 • Exportações de mercadorias | Destinos em %, total em milhões de USD



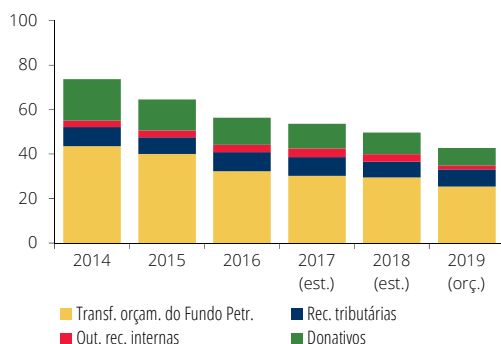
As exportações (essencialmente de café) aumentaram em 2018 e diversificaram-se em termos de mercados, embora os EUA, a Alemanha e a Indonésia tenham continuado a ter preponderância.

Gráfico II.6.6 • Importações de mercadorias | Origens em %, total em milhões de USD



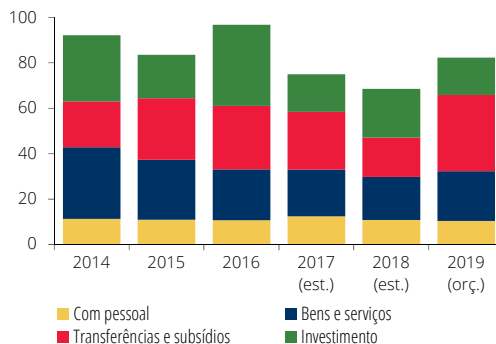
A ligeira diminuição no valor das importações em 2018 deveu-se às quebras no rendimento (que se reflete sobretudo na importação de bens duradouros) e no investimento.

Gráfico II.6.7 • Receitas públicas | Em % do PIB não petrolífero



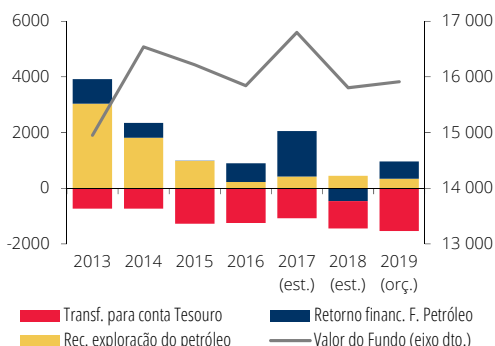
As transferências regulares do Fundo do Petróleo continuam a representar a maior componente das receitas públicas. O valor dos donativos tem-se vindo a reduzir.

Gráfico II.6.8 • Despesas públicas | Em % do PIB não petrolífero



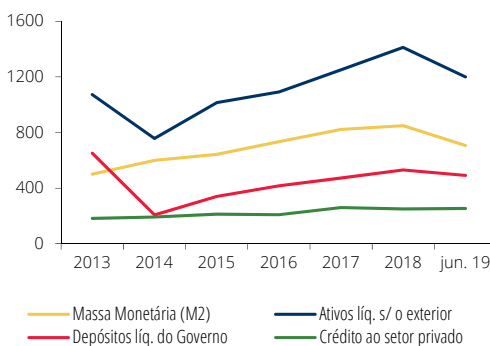
O atraso na aprovação do orçamento provocou alguma inércia na execução das despesas públicas em 2018, nomeadamente nas mais discricionárias (aquisições, subsídios e transferências).

Gráfico II.6.9 • Fundo petrolífero | Em milhões de USD



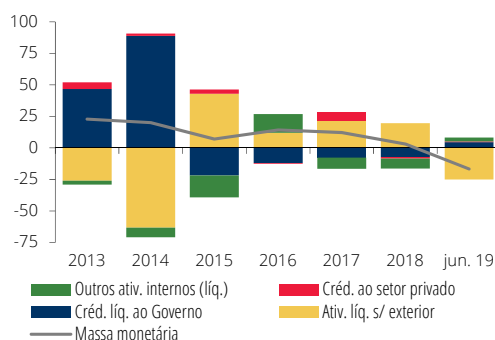
As perdas contabilísticas resultantes da exposição do Fundo aos mercados acionistas internacionais e as transferências para o Tesouro deram origem a uma redução do valor do Fundo em 2018.

Gráfico II.6.10 • Agregados monetários | Em milhões de USD



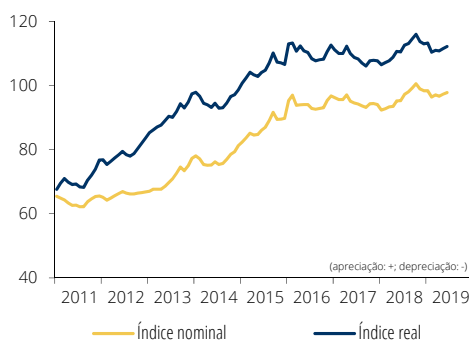
O comportamento dos ativos externos líquidos continua a ser determinante no comportamento dos agregados monetários; o crédito ao setor privado apresenta um peso pouco significativo.

Gráfico II.6.11 • Fatores de variação da liquidez | Variações em % do valor inicial da massa monetária



A interação entre as entradas das receitas petrolíferas e o nível dos depósitos do Estado continuou a ser determinante na evolução da liquidez (que apresentou mesmo uma queda no 1.º sem. de 2019).

Gráfico II.6.12 • Taxas de câmbio efetivas | Índices base 100: 2001, médias mensais



A valorização do USD (moeda de Timor) face às moedas dos principais parceiros comerciais (países do sueste asiático, Austrália) deu origem a uma perda de competitividade externa em 2018.

Quadro II.6.1 • Principais indicadores económicos

| | | 2016 | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|--|-------------------------------------|--------|--------|-------|--------|-------|---------------------------|--|
| | | | Est. | Prog. | Est. | Prog. | Est. | |
| Produto e preços | | | | | | | | |
| PIB não petrolífero (nominal) | milhões de USD | 1684 | 1593 | 1726 | 1863 | 2086 | - | |
| PIB não petrolífero (real) | taxa de variação anual | 5,1 | -3,5 | 0,6 | -0,7 | 5,0 | - | |
| PIB não petrolífero | % do PIB total | 67,3 | 64,0 | 68,5 | 60,3 | 66,3 | - | |
| PIB total (nominal) | milhões de USD | 2504 | 2487 | 2518 | 3090 | 3145 | - | |
| Inflação (IPC) | taxa variação homóloga | 0,0 | 0,8 | 1,8 | 2,1 | 2,8 | 0,9 jun. | |
| Inflação (IPC) | taxa média anual | -1,3 | 0,6 | 1,4 | 2,3 | 2,5 | 1,8 jun. | |
| Finanças públicas | | | | | | | | |
| Receitas totais | % do PIB não petrolífero | 56,3 | 53,6 | 53,3 | 49,7 | 42,7 | - | |
| Receitas domésticas | % do PIB não petrolífero | 11,8 | 12,2 | 10,9 | 10,4 | 9,5 | - | |
| Receitas petrolíferas ^(a) | % do PIB não petrolífero | 53,2 | 129,2 | 34,7 | -0,7 | 46,2 | - | |
| Donativos | % do PIB não petrolífero | 12,1 | 11,1 | 10,5 | 9,8 | 7,8 | - | |
| Despesas totais | % do PIB não petrolífero | 108,9 | 86,1 | 84,3 | 78,5 | 90,2 | - | |
| Despesas correntes | % do PIB não petrolífero | 61,0 | 58,5 | 50,9 | 47,3 | 66,0 | - | |
| Despesas de investimento | % do PIB não petrolífero | 35,8 | 16,5 | 22,9 | 21,4 | 16,4 | - | |
| Saldo global | % do PIB não petrolífero | -52,5 | -32,6 | -31,0 | -28,7 | -47,6 | - | |
| Fundo Petrolífero | mil milhões de USD | 15,8 | 16,8 | 16,4 | 15,8 | 15,9 | 17,4 jun. | |
| Fundo Petrolífero | % do PIB não petrolífero | 941 | 1055 | 951 | 848 | 763 | - | |
| Moeda e crédito | | | | | | | | |
| Ativos externos líquidos ^(b) | taxa de variação anual | 7,5 | 14,5 | -4,1 | 12,9 | 2,1 | -15,0 jun. ^(c) | |
| Crédito à economia | taxa de variação anual | -1,9 | 24,8 | -2,1 | -3,7 | 12,8 | 1,6 jun. ^(c) | |
| Depósitos líquidos do Governo | taxa de variação anual | 22,7 | 13,6 | 0,0 | 12,5 | 0,0 | -7,4 jun. ^(c) | |
| Massa monetária (M2) | taxa de variação anual | 14,3 | 12,1 | -14,1 | 3,1 | 11,9 | -16,8 jun. ^(c) | |
| Crédito/depósitos | % | 28,9 | 35,5 | - | 31,7 | - | 36,0 jun. | |
| Crédito com imparid./crédito total | % | 15,4 | 13,5 | - | 5,6 | - | 5,2 jun. | |
| Balança de pagamentos | | | | | | | | |
| Balança corrente | % do PIB não petrolífero | -32,3 | -17,8 | -30,3 | -10,3 | 2,7 | - | |
| Balança corrente e de capital | % do PIB não petrolífero | -29,5 | -15,7 | -30,1 | -7,5 | 3,8 | - | |
| Ativos externos públicos ^(d) | meses de importações ^(d) | 148 | 143 | 167 | 177 | 167 | - | |
| Taxas de câmbio | | | | | | | | |
| USD/IDR (Indonésia) | taxa média anual | 13 307 | 13 380 | - | 14 232 | - | 14 044 jun. | |
| USD/AUD (Austrália) | taxa média anual | 1,35 | 1,31 | - | 1,34 | - | 1,43 jun. | |
| ITCE nominal (base 100: 2001) ^(e) | taxa de variação anual | 8,5 | 0,5 | 0,5 | 1,5 | - | 2,7 jun. ^(c) | |
| ITCE real (base 100: 2001) ^(e) | taxa de variação anual | 5,2 | -1,3 | 1,4 | 2,0 | - | 1,5 jun. ^(c) | |

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Ministério das Finanças (Timor-Leste), Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) As receitas petrolíferas correspondem às receitas fiscais decorrentes da exploração do petróleo e do gás mais o retorno financeiro do Fundo do Petróleo; (b) O valor dos ativos externos não inclui os ativos do Fundo do Petróleo, que são geridos pelo banco central mas não fazem parte do seu balanço; (c) O valor desta taxa em 2019 corresponde à variação no período de dezembro de 2018 a junho de 2019; (d) Os ativos externos públicos correspondem ao somatório das reservas cambiais do banco central e dos ativos do Fundo do Petróleo; as importações (de bens e serviços) correspondem ao valor previsto para o ano seguinte; (e) Índice da taxa de câmbio efetiva, calculado a partir das taxas de câmbio dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste (valorização: +; desvalorização: -).

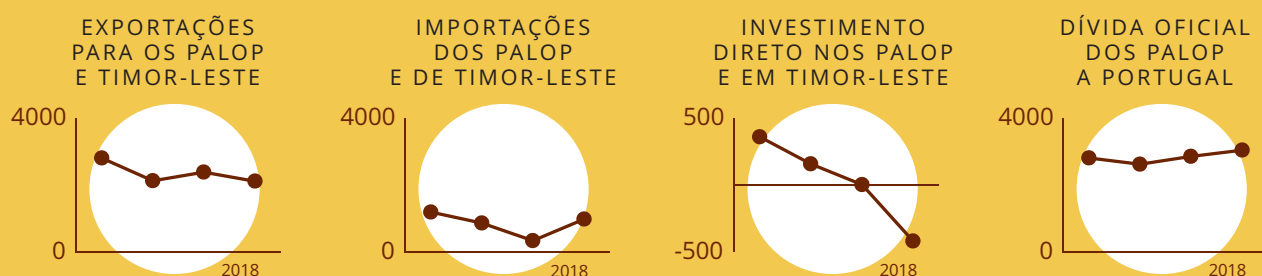
The image features a decorative graphic on the left side consisting of several overlapping, concentric circles. The circles are rendered in a variety of colors, including shades of brown, blue, green, orange, and grey, creating a dynamic, swirling effect. The text is positioned in the white space to the right of these circles.

III Relações
económicas
e financeiras

1 Relações económicas e financeiras de Portugal com os PALOP e Timor-Leste

Em 2018, as exportações de bens de Portugal para os PALOP e Timor-Leste reduziram-se 11%, retornando à tendência de descida interrompida em 2017 e passando a representar menos de 4% das exportações portuguesas. Pelo contrário, as importações portuguesas provenientes destes países quase triplicaram face a 2017, chegando a 1,4% do total. O investimento direto português neste grupo manteve a trajetória descendente dos últimos anos, tendo passado a valores líquidos negativos, enquanto o investimento direto líquido destes países em Portugal passou a positivo. A dívida oficial dos PALOP a Portugal aumentou, pelo segundo ano consecutivo, em 2018.

Angola manteve-se, entre os PALOP e Timor-Leste, o principal mercado de exportações e de importações de bens de Portugal e o mais importante investidor direto estrangeiro, sendo o país que, em 2018, apresentava a maior dívida oficial a Portugal. Foi ainda determinante na evolução do investimento direto português neste conjunto de países.



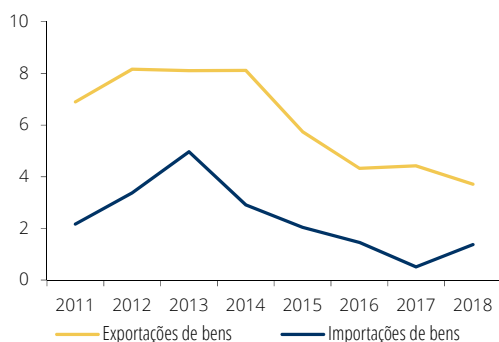
As relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste em 2018, tal como no ano anterior, evoluíram de forma diferenciada: as exportações retomaram a trajetória descendente interrompida em 2017, e as importações recuperaram depois de quatro anos consecutivos de queda. As **exportações portuguesas** para estes países reduziram-se 11%, o que decorreu sobretudo da menor procura de produtos portugueses por parte do mercado angolano, com destaque para a diminuição das exportações de bens agrícolas e de máquinas e aparelhos.

A recuperação das **importações portuguesas** de combustíveis angolanos, após a forte diminuição de 2017, conduziu a uma quase triplicação do valor dos produtos que Portugal importa deste conjunto de países. Esta variação fez com que a balança de bens agregada de Portugal com os PALOP e Timor-Leste apresentasse o seu saldo mais baixo desde 2005, com a diminuição do excedente da balança corrente para valores inferiores aos dos últimos 10 anos. Verificaram-se igualmente reduções nas restantes componentes, com destaque para as balanças de serviços e de rendimento primário.

O **investimento direto de Portugal nos PALOP e em Timor-Leste** em 2018 aprofundou a trajetória descendente, tendo atingido valores líquidos negativos. O desinvestimento português registou-se em quase todos estes países, com exceção de Timor-Leste, tendo maior expressão em Angola e Moçambique. Em termos setoriais, aumentou o desinvestimento na construção (que se mantém desde 2014), o que agora também se verificou nos serviços (com exceção das atividades financeiras e de seguros) e indústria transformadora. O maior investimento angolano em Portugal, em particular no setor dos serviços, resultou num aumento do valor agregado do investimento direto oriundo deste grupo de países.

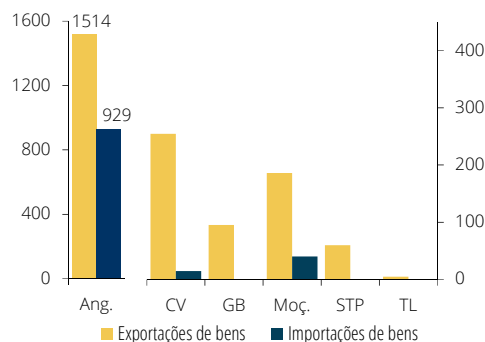
A **dívida oficial dos PALOP a Portugal** aumentou em 2018, o que acontece pelo segundo ano consecutivo. O montante total da dívida direta e garantida pelo Estado português a estes países cresceu 7%, como resultado do aumento significativo dos seguros de crédito à exportação para o mercado angolano. Angola voltou a tomar o lugar de principal devedor a Portugal, neste conjunto de países, o que não se verificava desde 2014. De realçar ainda a trajetória de descida da dívida direta ao longo dos últimos cinco anos.

Gráfico III.1.1 • Relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste | Em % do total



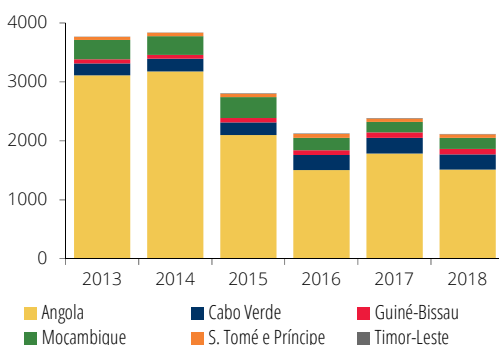
Em 2018, o peso do conjunto dos PALOP e Timor-Leste no total das trocas comerciais portuguesas com o resto do mundo reduziu-se para 3,7% nas exportações e subiu para 1,4% nas importações.

Gráfico III.1.2 • Relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste, 2018 | Em milhões de EUR



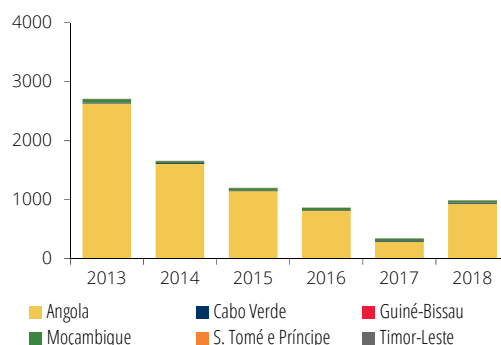
O mercado angolano foi responsável em 2018 por 72% das exportações e 94% das importações de Portugal, destacando-se dos restantes países. Seguiram-se Cabo Verde e Moçambique, a grande distância.

Gráfico III.1.3 • Exportações de bens de Portugal para os PALOP e Timor-Leste, por destinos | Em milhões de EUR



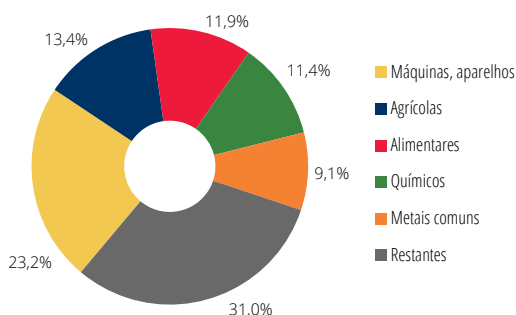
A evolução das exportações de bens portuguesas para os PALOP e Timor-Leste segue o comportamento do mercado angolano.

Gráfico III.1.4 • Importações de bens por Portugal dos PALOP e de Timor-Leste, por origens | Em milhões de EUR



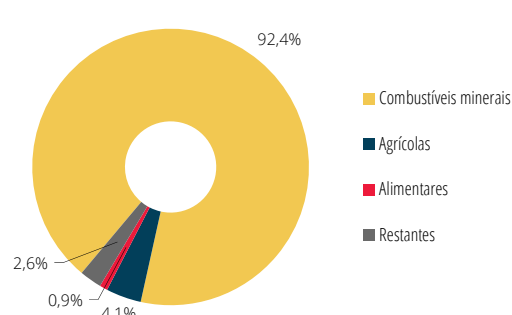
As importações de bens inverteram em 2018 a trajetória decrescente iniciada em 2014, continuando a ser amplamente dominadas pelos combustíveis minerais angolanos.

Gráfico III.1.5 • Exportações de bens de Portugal para os PALOP e Timor-Leste, 2018 | Por grupos de produtos



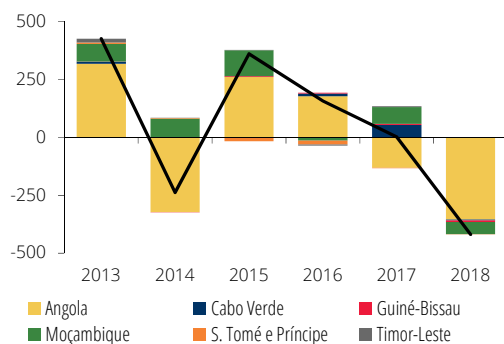
Em 2018, os cinco principais grupos de produtos exportados por Portugal para os PALOP e Timor-Leste continuaram a representar perto de 70% do total.

Gráfico III.1.6 • Importações de bens por Portugal dos PALOP e de Timor-Leste, 2018 | Por grupos de produtos



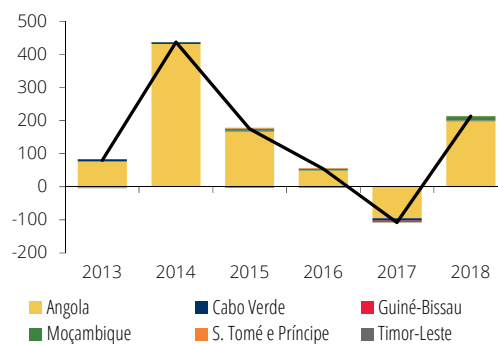
A recuperação das importações portuguesas de combustíveis minerais angolanos reforçou o seu peso no total. Os bens agrícolas e alimentares oriundos de Moçambique mantêm-se em segundo plano.

Gráfico III.1.7 • Investimento direto português nos PALOP e em Timor-Leste | Total e por país, em milhões de EUR



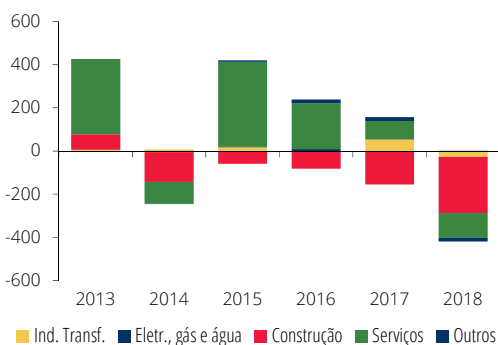
Em 2018 registou-se um desinvestimento direto líquido de Portugal nos PALOP e em Timor-Leste, comportamento transversal ao conjunto de países, com exceção de Timor-Leste.

Gráfico III.1.8 • Investimento direto dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal | Total e por país, em milhões de EUR



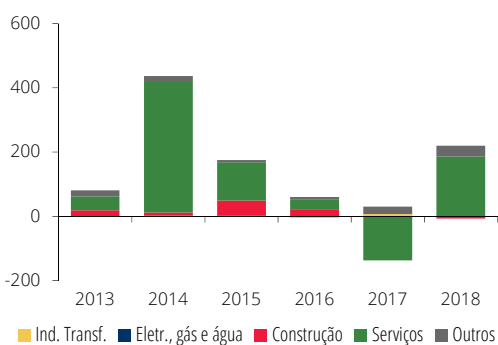
O investimento direto dos PALOP e Timor-Leste em Portugal inverteu em 2018 a trajetória descendente, impulsionado por Angola e acompanhado pela quase totalidade dos países.

Gráfico III.1.9 • Investimento direto português nos PALOP e em Timor-Leste | Por setor de atividade económica, em milhões de EUR



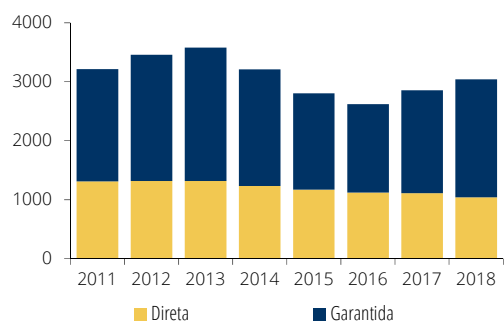
Portugal apresentou um desinvestimento direto líquido em 2018 nestes países em todos os setores de atividade, exceto no subsector das atividades financeiras e de seguros.

Gráfico III.1.10 • Investimento direto dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal | Por setor de atividade económica, em milhões de EUR



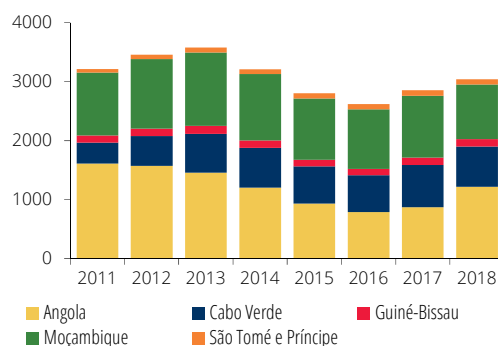
A dinamização do investimento direto líquido dos PALOP e Timor-Leste em Portugal em 2018 esteve sobretudo ligada ao setor dos serviços, em particular às atividades financeiras e de seguros.

Gráfico III.1.11 • Dívida oficial dos PALOP a Portugal | Em milhões de USD



A dívida oficial dos PALOP a Portugal aumentou pelo segundo ano consecutivo em 2018, fruto do crescimento da dívida garantida pelo Estado português. A dívida direta manteve a tendência de redução.

Gráfico III.1.12 • Dívida oficial dos PALOP a Portugal | Por país, em milhões de USD



A subida em 2018 da dívida oficial dos PALOP a Portugal foi uma consequência direta do aumento da dívida de Angola, tendo os restantes países apresentado reduções.

Quadro III.1.1 • Principais indicadores económicos

| | | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Comércio com os PALOP e Timor-Leste | | | | | | |
| Exportações de mercadorias | milhões de EUR | 3839,3 | 2809,9 | 2125,6 | 2386,8 | 2114,3 |
| Angola | milhões de EUR | 3177,9 | 2099,1 | 1501,6 | 1786,2 | 1514,4 |
| Cabo Verde | milhões de EUR | 215,0 | 214,5 | 258,6 | 266,8 | 254,5 |
| Guiné-Bissau | milhões de EUR | 64,9 | 73,7 | 78,4 | 91,2 | 95,0 |
| Moçambique | milhões de EUR | 317,9 | 355,1 | 214,7 | 180,4 | 186,1 |
| São Tomé e Príncipe | milhões de EUR | 56,6 | 57,5 | 64,1 | 56,3 | 59,8 |
| Timor-Leste | milhões de EUR | 7,0 | 10,1 | 8,2 | 5,9 | 4,6 |
| Importações de mercadorias | milhões de EUR | 1653,0 | 1193,1 | 858,4 | 336,3 | 985,0 |
| Angola | milhões de EUR | 1605,8 | 1142,3 | 809,8 | 278,9 | 928,6 |
| Cabo Verde | milhões de EUR | 11,1 | 10,9 | 11,3 | 14,9 | 14,3 |
| Guiné-Bissau | milhões de EUR | 0,2 | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 0,6 |
| Moçambique | milhões de EUR | 34,9 | 37,8 | 35,9 | 41,4 | 40,2 |
| São Tomé e Príncipe | milhões de EUR | 0,1 | 0,2 | 0,3 | 0,4 | 0,6 |
| Timor-Leste | milhões de EUR | 0,9 | 1,7 | 0,9 | 0,5 | 0,7 |
| Exportações de mercadorias | % do total de Portugal | 8,1 | 5,7 | 4,3 | 4,4 | 3,7 |
| Importações de mercadorias | % do total de Portugal | 2,9 | 2,0 | 1,5 | 0,5 | 1,4 |
| Balança de pagamentos de Portugal com os PALOP e Timor-Leste | | | | | | |
| Balança de bens | milhões de EUR | 2306,0 | 1695,4 | 1327,3 | 2053,3 | 1213,6 |
| Balança corrente | milhões de EUR | 4049,8 | 3937,2 | 3186,5 | 3810,5 | 2587,6 |
| Balança de capital | milhões de EUR | -19,6 | -25,9 | -27,7 | -30,2 | -31,0 |
| Investimento direto líquido | | | | | | |
| De Portugal nos PALOP e em Timor-Leste | milhões de EUR | -238,2 | 360,8 | 157,5 | 1,9 | -418,8 |
| Dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal | milhões de EUR | 436,7 | 174,6 | 54,5 | -107,8 | 212,8 |
| Dívida oficial dos PALOP a Portugal | | | | | | |
| Total | milhões de EUR | 3209,1 | 2803,1 | 2621,8 | 2853,2 | 3042,8 |
| Angola | milhões de EUR | 1202,7 | 929,2 | 786,9 | 868,8 | 1218,0 |
| Cabo Verde | milhões de EUR | 674,7 | 632,1 | 625,0 | 717,8 | 683,8 |
| Guiné-Bissau | milhões de EUR | 123,2 | 112,3 | 110,4 | 127,4 | 123,3 |
| Moçambique | milhões de EUR | 1130,8 | 1040,6 | 1007,8 | 1044,2 | 926,6 |
| São Tomé e Príncipe | milhões de EUR | 77,6 | 89,0 | 91,8 | 95,0 | 91,1 |

Fontes: Instituto Nacional de Estatística – Portugal, Banco de Portugal e Ministério das Finanças – GPEARI.

